

Banco Industrial e Comercial S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
em 30 de junho de 2015

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	11
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações de resultados	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	19
Demonstrações do valor adicionado	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 1º SEMESTRE DE 2015

Senhores Acionistas,

A Administração do Banco Industrial e Comercial S.A. (“BICBANCO”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2015. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são mostrados em base consolidada abrangendo suas empresas controladas e os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e em moeda corrente nacional (Reais – R\$). As demonstrações financeiras aqui retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e refletem a estrutura societária do BICBANCO para o respectivo período.

Ambiente Econômico

No período de doze meses encerrado em junho de 2015, a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 8,89%. A taxa básica de juros (Selic) encerrou o primeiro semestre de 2015 em 13,75%. Na reunião realizada em 29 de julho de 2015, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) elevou-a para 14,25%.

Ao longo dos três primeiros meses de 2015, a taxa de câmbio apresentou forte volatilidade, no segundo trimestre o dólar apresentou um comportamento mais estável, encerrando o primeiro semestre de 2015 na cotação de R\$ 3,10/US\$, A depreciação do Real frente ao Dólar foi de 16,8% no ano de 2015 e de 40,9% no período de doze meses iniciado em julho de 2014.

No primeiro semestre de 2015, ainda segundo dados oficiais, a balança comercial registrou superávit (vendas externas maiores que as importações) de US\$ 2,22 bilhões. Na parcial de 2015, as exportações somaram US\$ 94,32 bilhões enquanto que as importações somaram US\$ 92,10 bilhões.

O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R\$ 3,1 trilhões em junho de 2015, o que representa crescimento de 9,8% em doze meses. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 54,5%.

Ativos

Ativos totais

Os ativos totais registraram R\$ 15.313,9 milhões em 30 de junho de 2015, crescimento de 1,9% em 12 meses.

Operações de crédito

No primeiro semestre de 2015, as operações de crédito totalizaram R\$ 8.630,8 milhões. A carteira de crédito expandida, que agrega as operações de avais e fianças somou R\$ 10.859,4 milhões.

Em 30 de junho de 2015, as provisões para créditos de liquidação duvidosa totalizaram R\$ 1.085,3 milhões. As provisões superaram em 180,1% o montante de R\$ 602,7 milhões relativos às parcelas vencidas há mais de 14 dias.

O crédito corporativo, principal negócio do Banco, representou 86,6% das operações de crédito enquanto o crédito pessoal e consignado correspondeu a 13,4%, originados substancialmente pelas operações da empresa subsidiária Sul Financeira.

Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 3.793,3 milhões em 30 de junho de 2015.

O conjunto das aplicações financeiras de alta liquidez que compõe o caixa livre do Banco somou R\$ 2.660,5 milhões ao término do primeiro semestre de 2015. O montante dos ativos disponíveis apresenta-se amplamente favorável com base no fluxo de vencimento de operações ativas e passivas.

Passivos

Captação Total

O volume de recursos captados alcançou R\$ 12.368,3 milhões em 30 de junho de 2015, expansão de 1,9% em 12 meses.

Depósitos a prazo e Recursos de Letras Emitidas

Ao término do primeiro semestre de 2015, os depósitos a prazo totalizaram R\$ 5.134,2 milhões, recuo de 24,8% em relação a junho de 2014. Do total de depósitos a prazo, R\$ 2.473,6 milhões estavam vinculados ao “Depósito a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito” - DPGE, conforme Resolução CMN nº. 3.692/09.

Em 30 de junho de 2015, a composição dos depósitos a prazo por tipo de depositante apresentava-se: pessoas jurídicas 58,3%, pessoas físicas 3,8%, investidores institucionais 37,4% e instituições financeiras 0,5%.

O Banco oferece a seus clientes recursos de letras emitidas como as LCAs, LFs e LCIs. O conjunto desses recursos alcançou R\$ 683,9 milhões no encerramento do primeiro semestre de 2015, recuo de 3,1% em doze meses.

Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2015, o Patrimônio Líquido era de R\$ 944,3 milhões, comparado aos R\$ 1.815,3 milhões registrados em junho de 2014. O Índice de Basileia III registrou 11,23% em junho de 2015, o requerimento mínimo de patrimônio de referência no Brasil é de 11%.

Riscos

O gerenciamento de riscos na Instituição contempla de forma abrangente todos os principais riscos identificados, incluindo-se os de mercado, crédito, socioambiental, liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas específicas e especializadas, atendendo os objetivos, políticas, estratégias definidos. O Banco adota mecanismos para garantir a suficiência de capital para cobertura de outros riscos incorridos.

As políticas de riscos e de crédito são aprovadas pelo Conselho de Administração e a governança de riscos, de maneira geral, é centralizada no Comitê de Governança, que cuida ainda da definição de limites globais de exposição e os níveis de conformidade e alocação de capital em função dos riscos.

O Banco adota os princípios de Basileia e os reconhece por intermédio de práticas mais avançadas da indústria bancária, dentre as quais destacam-se os modelos internos de rating, a gestão de capital por avaliação de cenários, análise de VaR como elemento de controle, limites e testes de estresse.

Por outro lado, conta a Instituição com medidas transversais destinadas a limitar a excessiva concentração do perfil de riscos, na perspectiva dos clientes, negócios, produtos e disposição geográfica. Visa operações e relacionamentos que asseguram a qualidade dos serviços e um adequado balanço entre o risco e o retorno.

O Banco adota o critério de avaliação de carteiras em função da rentabilidade das operações e do capital econômico que consomem.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site de Relações com Investidores (<http://www.bicbanco.com.br/ri>).

Risco de Mercado

A gestão de riscos de mercado efetua o controle dos riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros que compõem as carteiras e é essencial para aperfeiçoar o uso do capital e priorizar os negócios que oferecem a melhor relação de risco e retorno.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente e para efeito de classificação quanto à intenção de negociação, as carteiras são divididas em duas categorias. As operações com intenção de negociação e destinadas à revenda, obtenção de benefício de movimentos de preços e realização de arbitragem (Trading Book) são segregadas das estruturais, destinadas a gestão ativa da carteira (Banking Book), no momento de sua realização.

O controle das posições do banco pelo seu valor de mercado visa fornecer uma sensibilidade adequada a real exposição aos diversos fatores de risco. Diariamente, os limites preestabelecidos pelo Comitê de Tesouraria são comparados aos valores das carteiras marcadas a mercado (MtM) e ao Value at Risk (V@R) e o V@R em cenários de estresse.

Durante o semestre, os níveis médios de risco de mercado mantiveram-se reduzidos quando comparados ao Patrimônio Líquido da Instituição. Em 30 de junho de 2015, o V@R para a exposição trading atingiu R\$ 326 mil e o VaR Global (Trading e Banking) – R\$ 17,2 milhões. Comparativamente, em 30 de Dezembro de 2014, o V@R para a exposição trading atingiu R\$ 529 mil e o VaR Global (Trading e Banking) – R\$ 64,5 milhões.

Exposição Cambial

O Banco acompanha a composição dos ativos e passivos, detalhados por indexador, com o intuito de gerenciar as exposições e analisar os impactos possíveis em diversos

cenários. A estratégia de gestão do risco cambial é a de compensar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor das moedas. Para essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais por intermédio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Em 30 de junho de 2015, a exposição cambial, para efeito do requerimento de capital atendendo a Circular BACEN 3.389 de 25 de junho de 2008, e Circular BACEN 3.662 de 11 de julho de 2013, somava R\$ 52,1 milhões representando elevação ante a exposição de R\$ 8,1 milhões de dezembro de 2014.

Risco de Liquidez

Com o objetivo de controlar a ocorrência de eventuais desequilíbrios entre o fluxo dos ativos negociáveis e passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, o Banco dispõe de um conjunto de controles e limites técnicos. O Fluxo de caixa é avaliado diariamente e são definidas ações táticas para sua manutenção. Pela sua importância, os limites de liquidez e os modelos de estresse são permanentemente avaliados, bem como as decisões estratégicas e a política de contingência para um horizonte de tempo de no mínimo 3 anos.

Os indicadores definidos para o cenário de estresse de mercado e institucional permitem simular o comportamento do caixa e antecipar ações. A política de caixa mínimo vigente considera a possibilidade de resgates antecipados de passivos e necessidade de renovações de operações ativas em caso de turbulência na economia.

A simulação do fluxo de caixa em condições severas de estresse revela resultados que superaram amplamente os limites mínimos de liquidez de curto prazo definidos nas políticas.

Risco de crédito

O Banco prioriza manter uma carteira de riscos bastante diversificada em relação a sua exposição a grandes riscos, a mercados e setores e a produtos. A gestão do risco de crédito permite um controle integrado com diversas visões da carteira, incluídas as linhas utilizadas e não utilizadas, derivativos e operações que não constam do balanço.

Os limites são aprovados em comitês, com utilização de modelos de rating. Os controles são centralizados e em tempo real, o que confere perfeita sintonia com os limites estabelecidos e com a qualidade das garantias.

O risco de crédito decorre principalmente de operações de empréstimo, de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos além de obrigações financeiras relacionadas a compromissos de empréstimo e prestação de garantias.

O Banco considera o impacto social e ambiental adverso das atividades dos clientes que decorrem de eventual paralisação ou limitação de atividades que podem refletir em elevação de riscos associados à capacidade de pagamento, ao cumprimento de obrigações, à performance e demais riscos de crédito.

Além da classificação de rating de crédito, todos os clientes são qualificados em ratings socioambientais. Em 30.06.2015, cerca de 83% dos clientes possuíam riscos socioambientais médios e baixos.

Risco Operacional

O BICBANCO aloca capital para risco operacional atendendo a legislação e adota a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista no § 1º do art.1º da Circular nº. 3.383, de 30 de abril de 2008 e complementa a visão do risco operacional por intermédio de modelo gerencial de avaliação econômica por linha de negócios, com quantificação dos riscos operacionais por meio de modelos estatísticos, utilizando-se de sistema que permite o cálculo de perdas esperadas e alocação de capital para perdas não esperadas (V@R no intervalo de confiança 99,9%).

A exposição ao risco operacional é revisada ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e seu apetite ao risco. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa a redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas. Os Comitês de Risco e de Controles Internos determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco.

Governança Corporativa

O BICBANCO possui uma estrutura de Comitês que agrega as áreas técnicas e decisórias, possibilita troca de experiências e permite a elaboração de soluções consistentes para o desenvolvimento de um ambiente que possibilite a sustentabilidade dos negócios, preservação de imagem e administração de riscos. Por intermédio de manifestação de comitês sobre as principais decisões, especialmente em ambiente de alta volatilidade, de elevação de inadimplência e riscos de liquidez do fluxo de caixa, há o alinhamento à estratégia de negócios e ao apetite ao risco.

Esta estrutura é composta por 15 comitês especializados, com funções específicas e técnicas, amparados pelo Comitê de Governança Corporativa, responsável por auxiliar na implantação de iniciativas e aprovar questões ligadas a mudanças de padrões, processos e produtos que venham a afetar o direcionamento estratégico, inclusive no

que concerne a avaliar e deliberar as recomendações de sanções encaminhadas pelo Comitê Azul (Comitê de Sustentabilidade).

Dando ainda maior ênfase ao pilar de supervisão, o Comitê de Auditoria realiza periodicamente a revisão dos principais relatórios e se reúne com os gestores, obtendo uma visão abrangente dos principais riscos e controles com o intuito de subsidiar o Conselho de Administração em questões referentes à contabilidade, auditoria e finanças, visando proporcionar maior transparência às informações e assegurar a prestação de contas dos administradores.

Recursos Humanos e Pontos de Atendimento

O Banco encerrou o primeiro semestre de 2015 com 762 funcionários. Com seus 37 pontos de atendimento, o Banco manteve sua presença e dispersão regional da franquia nas principais capitais e cidades do País no decorrer do semestre.

Relacionamento com Auditores

Em atendimento à Instrução CVM 381 de 14 de janeiro de 2003, o Banco e as empresas controladas não contrataram e nem tiveram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Circular 3.068/01 BACEN

O BICBANCO declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 132,4 milhões, o que representa 3,5% do total de títulos e valores mobiliários.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 11 de agosto de 2015).

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas e o Release de Resultados os quais apresentam mais detalhes sobre o resultado do 1º semestre de 2015 estão disponíveis no site do BICBANCO – www.bicbanco.com.br/ri.

Ratings

Agências/ Consultoria	Rating	Âmbito/Classificação	Data de Publicação do Rating
Moody's	Baa3 P-3 Aa1.br BR-1 Estável	<ul style="list-style-type: none"> • Depósitos na Escala Global em moeda estrangeira e moeda local <ul style="list-style-type: none"> - Longo prazo - Curto prazo • Depósitos na Escala Nacional <ul style="list-style-type: none"> - Longo prazo - Curto prazo • Perspectiva 	12/06/15
Standard & Poor's	BB B brA+ CreditWatch Negativo	<ul style="list-style-type: none"> • Escala Global em moeda estrangeira e moeda local – rating de contraparte <ul style="list-style-type: none"> - Longo prazo - Curto prazo • Escala Nacional • Perspectiva 	06/07/15
Fitch Ratings	AAA(bra) F1+ (bra) Estável	<ul style="list-style-type: none"> • Escala Nacional <ul style="list-style-type: none"> - Longo prazo - Curto prazo • Perspectiva 	29/06/15
Austin Rating	brAA Estável	<ul style="list-style-type: none"> • Escala nacional de longo prazo • Perspectiva 	04/05/15
LF Rating	AA- Neutra	<ul style="list-style-type: none"> • Moeda nacional • Perspectiva 	19/12/14
Management & Excellence	A	<ul style="list-style-type: none"> • Rating de Sustentabilidade 	Jul/15

**KPMG Auditores Independentes**

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone

55 (11) 3940-1500

Fax

55 (11) 3940-1501

Internet

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Industrial e Comercial S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Industrial e Comercial S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas nº 2 e 3, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco em 30 de junho de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações financeiras, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Transferência do controle acionário

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n.º 1 – Contexto operacional, a qual informa que a partir da transferência do controle acionário do Banco, ocorrida em 29 de agosto de 2014, suas operações passaram a ser conduzidas no contexto operacional de seu novo Controlador que prevê, em seu plano de negócios, a obtenção de resultados tributáveis em níveis suficientes para a realização do estoque de créditos tributários e a capitalização mínima requerida pelo Banco Central do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações financeiras consolidadas do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 1 de setembro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Banco Industrial e Comercial S.A

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

		BICBANCO Prudencial	
	Nota	2015	2014
Ativo			
Circulante		9.448.537	9.196.191
Disponibilidades	4a.	228.310	303.136
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		348.312	1.051.065
Aplicações no mercado aberto	4b.	83.475	937.318
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	73.090	100.126
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	191.747	13.621
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		3.176.264	417.823
Carteira própria	5b.	1.402.347	190.518
Vinculados a operações compromissadas	5b.	1.150.885	43.012
Vinculados a prestação de garantias	5b.	62.127	107.092
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	560.905	77.201
Relações Interfinanceiras		70.131	125.005
Pagamentos e recebimentos a liquidar		8.185	28.907
Depósitos no Banco Central	7.	61.926	96.094
Correspondentes no país		20	4
Operações de Crédito		4.065.581	5.842.575
Operações de crédito	8.	4.639.424	6.254.123
Setor público		122.775	158.741
Setor privado		4.516.649	6.095.382
Operações de crédito vinculadas a cessão		-	-
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(573.843)	(411.548)
Operações de Arrendamento Mercantil	8i.	(16.050)	(6.647)
Arrendamentos a receber - setor privado		106.792	155.834
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(103.194)	(152.388)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(19.648)	(10.093)
Outros Créditos		1.515.628	1.392.590
Avais e fianças honrados		28.828	6.642
Carteira de câmbio	10.	1.294.407	1.101.602
Rendas a receber		13.087	12.582
Negociação e intermediação de valores		1.226	569
Diversos	11.	298.100	329.330
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(120.020)	(58.135)
Outros Valores e Bens		60.361	70.644
Despesas antecipadas	12b.	60.361	70.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Industrial e Comercial S.A

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

		BICBANCO Prudencial	
Ativo		2015	2014
Realizável a Longo Prazo		5.509.919	5.413.971
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		975	12.989
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	975	12.989
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		1.610.418	1.437.252
Carteira própria	5b.	1.012.301	968.557
Vinculados a operações compromissadas	5b.	14.835	122.877
Vinculados a prestação de garantias		150.757	-
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	432.525	345.818
Operações de Crédito		1.943.412	2.404.065
Operações de crédito	8.	2.286.129	2.634.194
Setor público		25.708	103.896
Setor privado		2.260.421	2.530.298
Operações de crédito vinculadas a cessão		-	-
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(342.717)	(230.129)
Operações de Arrendamento Mercantil		8i.	(10.014)
Arrendamentos a receber - setor privado		65.077	151.201
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(65.077)	(151.201)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(12.391)	(10.014)
Outros Créditos		1.683.035	1.144.310
Carteira de câmbio	10.	1.495	-
Diversos	11.	1.698.206	1.146.257
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(16.666)	(1.947)
Outros Valores e Bens		284.470	425.369
Outros valores e bens	12a.	329.151	390.769
Despesas antecipadas	12b.	30.313	62.701
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	12a.	(74.994)	(28.101)
		-	-
		-	-
Permanente		473.290	629.096
Investimentos		1.569	3.072
Participações em controladas - no país		857	853
Outros investimentos		1.202	2.709
Provisão para perdas em investimentos		(490)	(490)
Imobilizado de Uso		13b.	119.181
Imóveis de uso		166.847	158.177
Outras imobilizações de uso		36.455	41.391
Depreciações acumuladas		(84.121)	(72.476)
Imobilizado de Arrendamento		288.098	432.449
Bens arrendados		459.282	576.592
Superveniência de depreciação		76.611	148.323
Depreciações acumuladas		(247.795)	(292.466)
Intangível		13c.	58.723
Ativos intangíveis		114.275	113.371
Amortização acumulada		(55.552)	(52.272)
Diferido		13d.	5.719
Gastos de organização e expansão		43.866	43.886
Perdas em arrendamento a amortizar		11.080	8.566
Amortização acumulada		(49.227)	(47.068)
		-	-
		-	-
Total do Ativo		15.431.746	15.239.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Industrial e Comercial S.A

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

		BICBANCO PRUDENCIAL	
		2015	2014
Passivo			
Circulante		11.258.911	7.451.903
Depósitos	17a.	4.898.108	4.204.121
Depósitos à vista		170.620	222.326
Depósitos de poupança		13.605	14.169
Depósitos interfinanceiros		227.706	123.732
Depósitos a prazo		4.485.051	3.843.894
Depósitos em moedas estrangeiras		1.126	-
Captações no Mercado Aberto	18.	998.007	90.997
Carteira própria		998.007	90.997
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		1.638.808	649.496
Recursos de letras emitidas		532.081	564.757
Letras de crédito imobiliário		218.326	145.343
Letras de crédito de agronegócio		253.046	307.584
Letras financeiras		60.709	111.830
Recursos de debêntures	20.	-	20.862
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	1.106.727	61.584
Emissões de não autorizadas	20a.	-	2.293
Relações Interfinanceiras		2.901	7.755
Recebimentos e pagamentos a liquidar		2.894	7.754
Correspondentes no país		7	1
Relações Interdependências		8.028	66.155
Recursos em trânsito de terceiros		8.028	66.155
Obrigações por Empréstimos	21.	3.001.203	1.582.999
Empréstimos no país		-	19.240
Empréstimos no exterior		3.001.203	1.563.759
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	22.	37.526	40.657
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		24.333	25.541
Ministério das Cidades		13.193	15.116
Obrigações por Repasses do Exterior	21.	230.453	338.776
Instrumentos Financeiros Derivativos	6b.	3.397	1.380
Instrumentos financeiros derivativos		3.397	1.380
Outras Obrigações		440.480	469.567
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.752	15.889
Carteira de câmbio	10.	36.636	25.807
Sociais e estatutárias		914	914
Fiscais e previdenciárias	23.	42.234	60.655
Negociação e intermediação de valores		4.875	756
Divida subordinada	26.	15.724	11.020
Diversas	25.	321.077	340.217
Obrigações por cotas subordinadas - FIDC		16.268	14.309
		-	-
Exigível a Longo Prazo		3.203.606	6.021.353
Depósitos	17a.	1.074.278	3.145.064
Depósitos interfinanceiros		424.489	176.636
Depósitos a prazo		649.789	2.968.428
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		211.452	968.464
Recursos de letras emitidas		151.841	141.044
Letras de crédito imobiliário		63.815	45.114
Letras de crédito de agronegócio		29.176	39.134
Letras financeiras		58.850	56.796
Recursos de aceites cambiais		224	197
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	59.387	827.223
Obrigações por Empréstimos	21.	-	4.720
Empréstimos no exterior		-	4.720
Obrigações por Repasses do Exterior	21.	27.839	195.262
Outras Obrigações		1.890.037	1.707.843
Fiscais e previdenciárias	23.	664.050	627.644
Divida subordinada	26.	1.225.211	913.131
Diversas		776	59.473
Obrigações por cotas subordinadas - FIDC	25.	-	107.595
		-	-
Resultados de Exercícios Futuros	27.	24.964	26.752
		-	-
Patrimônio Líquido	28.	944.265	1.739.250
Capital Social Realizado		2.012.810	1.975.540
De domiciliados no país		1.793.104	1.797.194
De domiciliados no exterior		219.706	178.346
Reservas de capital		-	2.589
Reservas de lucros		-	39.884
Ajustes de avaliação patrimonial		(18.773)	(7.525)
Prejuízos acumulados		(994.667)	(216.133)
(-) Ações em tesouraria		(55.105)	(55.105)
		-	-
Total do Passivo		15.431.746	15.239.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Industrial e Comercial S.A

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação do capital social

		BICBANCO Prudencial	
	Nota	2015	2014
Receitas da Intermediação Financeira		1.537.321	748.228
Operações de crédito	30a.	676.338	769.140
Operações de arrendamento mercantil		(1.972)	21.334
Resultado de títulos e valores mobiliários	30b.	250.383	134.642
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	30c.	375.446	(152.605)
Resultado de câmbio	30d.	237.003	(25.473)
Resultado de aplicações compulsórias		123	129
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		-	1.061
Despesas da Intermediação Financeira		(1.697.353)	(653.601)
Captação no mercado	30e.	(906.164)	(416.019)
Empréstimos, cessões e repasses	30f.	(308.359)	69.121
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		(1.730)	(168)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9a.	(481.100)	(306.535)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(160.032)	94.627
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(293.708)	(292.223)
Receitas de prestação de serviços		34.237	36.081
Rendas de tarifas bancárias		5.939	13.706
Despesas de pessoal	30i.	(107.620)	(110.608)
Despesas tributárias	30k.	(17.967)	(29.722)
Resultado de participações em controladas	15.	8	(44)
Outras despesas administrativas	30j.	(81.719)	(96.488)
Outras receitas operacionais	30g.	31.722	33.470
Outras despesas operacionais	30h.	(158.308)	(138.618)
Resultado Operacional		(453.740)	(197.596)
Resultado não operacional	30m.	1.864	(20.103)
Resultado Antes da Tributação e Participações Sobre o Lucro		(451.876)	(217.699)
Imposto de renda	29c.	(7.336)	(10.453)
Contribuição social	29c.	(4.636)	(7.418)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	29c.	195.860	104.622
Participações estatutárias no lucro		-	(7.867)
Prejuízo Líquido do Semestre		(267.988)	(138.815)
Número de Ações Integralizadas (mil)	28.		
Prejuízo por Ação do Capital Social - R\$			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Industrial e Comercial S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação do capital social

Nota	Capital social	Aumento capital	Ações em Tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
					Legal	Estatutária			
Saldos em 01 de janeiro de 2014	1.464.599	-	(57.507)	2.589	76.654	490.206	(11.617)	(93.353)	1.871.571
Pagamento de remuneração em ações	-	-	2.402	-	-	-	-	-	2.402
Aumento de capital com reservas	-	510.941	-	-	(66.660)	(460.316)	-	16.035	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	4.092	-	4.092
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	(138.815)	(138.815)
Saldos em 30 de junho de 2014	1.464.599	510.941	(55.105)	2.589	9.994	29.890	(7.525)	(216.133)	1.739.250
Mutações do semestre	-	510.941	2.402	-	(66.660)	(460.316)	4.092	(122.780)	(132.321)
Saldos em 01 de janeiro de 2015	2.012.810	-	(55.105)	-	-	-	(11.586)	(726.679)	1.219.440
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(7.187)	-	(7.187)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	(267.988)	(267.988)
Saldos em 30 de junho de 2015	2.012.810	-	(55.105)	-	-	-	(18.773)	(994.667)	944.265
Mutações do semestre	-	-	-	-	-	-	(7.187)	(267.988)	(275.175)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Industrial e Comercial S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

	BICBANCO PRUDENCIAL	
	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro (Prejuízo) Líquido	(267.988)	(138.815)
Ajustes ao Lucro (Prejuízo) Líquido	545.805	364.804
Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	481.100	306.535
Depreciações e amortizações	9.352	16.686
Pagamento de remuneração em ações	-	2.402
Provisão/(reversão) outras	(1.746)	11.204
Provisão/(reversão) com processos cíveis, trabalhistas e fiscais	13.609	7.395
Resultado de participações em controladas	(8)	44
Perda (Ganho) na venda de imobilizado	47	(36)
Perda (Ganho) na venda bens não de uso próprio	(2.154)	7.647
Superveniência/insuficiência de depreciação	45.605	12.927
Lucro Líquido Ajustado	277.817	225.989
(Aumento)/redução em aplicações interf.de liquidez	(1.476)	10.100
(Aumento)/redução em tít.vals mob. e instr.fin.deriv.	(540.696)	226.369
(Aumento)/redução em relações interfinanceiras e interdependencias	13.416	(70.205)
Redução em op. de créd.e de arrend.merc.	667.814	320.656
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	(270.026)	(383.037)
Aumento/(redução) em depósitos	(703.915)	304.338
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	(616.637)	49.896
Aumento/(redução) em outras obrigações	(41.645)	(23.547)
Aumento em result. de exerc. futuros	(1.136)	6.556
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(1.216.484)	667.115
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos :		
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	21.340	(19.908)
Alienação de bens não de uso próprio	7.729	73.891
Alienação de investimentos	7	-
Alienação de imob. de uso e de arrend.	38.375	76.390
Aquisição de bens não de uso próprio	(13.138)	(23.456)
Aquisição de investimentos	(4)	-
Aquisição de imob. de uso e de arrendamento	(12.019)	(59.701)
Aplicação no intangível	(539)	(1.877)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	41.751	45.339
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Aumento/(redução) em recursos de emissão de títulos	72.035	(260.543)
Aumento/(redução) em obrig. p/empr. e repasses	1.166.211	(381.601)
Aumento/(redução) em dívidas subordinadas	156.964	(28.303)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	1.395.210	(670.447)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	220.477	42.007
Saldo inicial de caixa e equivalentes	287.466	1.211.703
Saldo final de caixa e equivalentes	507.943	1.253.710
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	220.477	42.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Industrial e Comercial S.A

Demonstrações do valor adicionado

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

	BICBANCO Prudencial	
	2015	2014
1.Receitas	1.055.625	428.680
1.1 Intermediação Financeira	1.537.321	748.228
1.2 Prestação de Serviços	40.176	49.787
1.3 Provisão p/devedores duvidosos - Reversão / (Constituição)	(481.100)	(306.535)
1.4 Outras	(40.772)	(62.800)
2.Despesas de Intermediação Financeira	1.216.253	347.066
3.Insumos Adquiridos de Terceiros	118.680	103.435
3.1 Materiais, energia e outros	19.413	18.869
3.2 Serviços de terceiros	30.759	40.288
3.3 Perda (Recuperação) de valores ativos	68.508	44.278
4.Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	(279.308)	(21.821)
5. Depreciação, amortização e exaustão	9.352	16.686
6.Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	(288.660)	(38.507)
7.Valor Adicionado Recebido em Transferência	277	191
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	8	(44)
7.2 Outras	269	235
8.Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	(288.383)	(38.316)
9. Distribuição do Valor Adicionado	(288.383)	(38.316)
9.1 Pessoal	90.748	101.853
9.1.1 Remuneração direta	73.696	85.447
9.1.2 Benefícios	11.186	11.019
9.1.3 F.G.T.S.	5.866	5.387
9.2 Impostos, taxas e contribuições	(125.977)	(18.285)
9.2.1 Federais	(135.784)	(25.699)
9.2.2 Estaduais	421	533
9.2.3 Municipais	9.386	6.881
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	14.834	16.931
9.3.1 Aluguéis	14.834	16.931
9.4 Remuneração de capitais próprios	(267.988)	(138.815)
9.4.3 Lucros / prejuízos retidos	(267.988)	(138.815)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Em milhares de Reais

1 Contexto operacional

O Banco Industrial e Comercial S.A. (BICBANCO) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 29 de dezembro de 1938 e autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações através das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários e administração de cartões de crédito e possui participação de 50% em uma *Joint Venture* destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

O BICBANCO celebrou na qualidade de Interveniente o Contrato de Compra e Venda de Ações, firmado em 31.10.2013 entre o China Construction Bank Corporation (CCB) “Comprador”, e os acionistas controladores naquela data “Vendedores”, o qual teve por objetivo de aquisição de forma direta e indireta pelo CCB, das ações representativas de 72% do capital social total do BICBANCO.

Verificadas as condições precedentes, previstas contratualmente, dentre elas a conclusão de uma reorganização societária, a publicação de Decreto Presidencial e a Aprovação pelo Banco Central do Brasil em julho de 2014, a transferência do controle acionário foi concluída na data de 29.08.2014, com a aquisição pela CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda (CCB Holding), subsidiária do CCB, das ações representativas do controle acionário do Banco Industrial e Comercial S/A – BICBANCO e suas subsidiárias.

Por meio de Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas, realizada em 01 de setembro de 2014, o acionista controlador da CCB Holding elegeu três representantes para o Conselho de Administração do Banco, um deles exercerá o cargo de Presidente daquele colegiado. Na mesma data, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, foram eleitos, por orientação da CCB Holding, cinco novos membros para Diretoria Executiva, dentre os quais um exercerá cargo de Presidente da Diretoria, dois serão Vice Presidentes e dois serão Diretores sem designação. A homologação do Banco Central do Brasil ocorreu em 23 de março de 2015 e os novos membros tomaram posse em 26 de maio de 2015. A Governança Corporativa do BICBANCO será comandada pelos novos membros nomeados pelo Controlador e exercida de forma compartilhada pelos membros remanescentes da Administração anterior, sendo três integrantes do Conselho de Administração e quatro Diretores Estatutários, a grande maioria na condição de administradores independentes.

Portanto, a partir da transferência do controle acionário as operações do BICBANCO passaram a ser conduzidas no contexto operacional de seu novo Controlador, e incluem a consistência das políticas internas, estimativas contábeis, o alinhamento das práticas operacionais, o revigoramento e equacionamento do custo de captação, o reposicionamento do resultado da intermediação financeira com vistas a retomada de resultados operacionais positivos, a manutenção de resultados tributáveis em níveis suficientes à cobertura do estoque de créditos tributários, o cumprimento dos limites operacionais mínimos inclusive através da emissão de

instrumentos assemelhados a capital. No contexto deste último tópico situam-se: (a) a emissão de títulos no exterior pelo valor de US\$ 300 Milhões, aprovada pela Diretoria Executiva em 22 de junho de 2015, destinada a enquadrar-se como dívida subordinada (Tier II), e (b) a elaboração de plano de capitalização através de Tier I – ambas ações destinadas a suprir as necessidades vindouras de capital, tais como determinadas pelo Banco Central do Brasil para alinhamento aos requerimentos de Basileia III, e correspondentes ao compromisso assumido pelo novo Controlador em seu Plano de Negócios para instalação e funcionamento no Brasil, o qual repousa sobre a premissa básica da manutenção de adequada capitalização da instituição financeira. Além das ações mencionadas acima, no semestre findo em 30 de junho de 2015, foram captados junto ao controlador no exterior, o montante de R\$ 1.556.354 (US\$ 500 milhões), conforme apresentado na nota explicativa nº 21.

A CCB Holding em 01 de setembro de 2014 submeteu a apreciação e aprovação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pedido de registro de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão do BICBANCO detidas pelos acionistas minoritários, com vistas a futuro cancelamento de seu registro de Companhia aberta e permanece aguardando aprovação final por aquela Autarquia.

2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial do Banco Industrial e Comercial S.A (BICBANCO), foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280 de 31/10/2013 e Circular nº 3.701 de 13/03/2014, do BACEN e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Foram aplicados às definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Para as entidades não sujeitas às normas do COSIF foram realizados os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas possam refletir adequadamente a regulamentação requerida.

O Banco Industrial e Comercial S.A (BICBANCO) elabora suas demonstrações financeiras consolidadas e societárias estão disponíveis no seu site em Relações com Investidores (www.bicbanco.com.br).

b. Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme determinado no artigo 1º e 4º, da Resolução nº 4.280, de 31/10/2013, do CMN, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Industrial e Comercial S.A (BICBANCO), incluem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior, as empresas controladas direta ou indiretamente, os fundos de investimentos em direitos creditórios – FIDC's, proporcionalmente o Empreendimento Controlado em conjunto.

Os saldos patrimoniais e os resultados originados de transações entre as empresas foram eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

O quadro abaixo apresenta as empresas controladas direta ou indiretamente e coligada que foram consolidadas no Conglomerado Prudencial do Banco Industrial e Comercial S.A (BICBANCO). Durante o segundo semestre de 2014, em virtude da mudança de controle acionário deixaram de ser consolidadas as empresas Bic Corretora de Câmbio e Valores S/A e

Fênix Securitizadora de Crédito Ltda., e seus números estão destacados no quadro de reconciliação **b.4)** abaixo.

Artigo 1º da Resolução nº 4.280	%
BIC Arrendamento Mercantil S.A.	100
BIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos.	100
Artigo 4º da Resolução nº 4.280	%
BIC Administradora de Cartões de Crédito S/C Ltda.	100
BRASILFactors (*)	50
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo II	100
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Aberto	100
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BrasilFactors Crédito Corporativo (*)	50

(*) No primeiro semestre de 2015, houve alteração no percentual de participação – nota b2.

b.1 Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC’s

Em conformidade com as normas da CVM, na condição de originador de recebíveis cedidos ao FIDC, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo II e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Aberto, foram consolidadas as informações contábeis dos referidos FIDC’s. Além destes fundos, foi incluído proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BrasilFactors Crédito Corporativo, cujas cotas subordinadas são detidas em sua totalidade pela BrasilFactors (*Joint Venture*). O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Aberto foi liquidado em 17 de abril de 2015.

Os FIDC’s foram constituídos na forma da instrução CVM nº. 393/03, com a característica de condomínio fechado, oriundo de operações de empréstimos e com prazos de duração indeterminados, tendo o BICBANCO e a BrasilFactors subscrito a totalidade das cotas subordinadas, sendo que as cotas seniores foram subscritas por investidores qualificados.

Os FIDC’s do BICBANCO apresentavam as seguintes posições patrimoniais consolidadas em 30 de junho de 2015 e 2014:

	Junho/15	Junho/14
Ativo		
Disponibilidades	12	18
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.378	46.953
Títulos públicos federais	9.018	66.376
Direitos creditórios	2.926	72.971
(-) Provisão para devedores duvidosos	-	(7.907)
(-) Provisão para outros créditos	-	(1.127)
Outros Valores	1	14
Total do Ativo	<u>22.335</u>	<u>177.298</u>
Passivo		
Obrigações	78	196
Patrimônio Líquido	22.257	177.102
Cotas seniores	16.268	83.296
Cotas subordinadas	5.989	93.806
Total do Passivo	<u>22.335</u>	<u>177.298</u>

b.2 Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - BRASILFactors

O BICBANCO, em 25 de abril de 2011, assumiu participação de 40 % no capital da BRASILFactors S.A., uma *joint venture*, que tem como demais acionistas o FIMBank PLC (40%) e o International Finance Corporation – IFC (20%). No primeiro trimestre de 2015, o BICBANCO e o FIMBANK alteraram o percentual de participação no capital da BRASILFactors S.A para 50%, o controle permanece compartilhado.

As atividades principais da empresa são voltadas aos serviços de *factoring* e *forfaiting*, compreendendo a aquisição de recebíveis do mercado doméstico e internacional, tendo por mercado alvo as empresas pequenas e médias.

b.3 Balanço das controladas diretas

	Junho/15					
	BIC Distribuidora	BIC Arrendamento	Sul Financeira	BIC Cartões	Brasil Factors	Total
Ativo Total	19.013	436.655	1.104.663	35.531	31.339	1.627.201
Circulante e realizável a longo prazo	19.013	436.655	1.103.197	35.531	31.233	1.625.629
Disponibilidades	21	510	1.066	2.007	26	3.630
Aplicações interfinanceiras	-	148.260	14.700	-	-	162.960
Títulos e valores mobiliários	18.570	93.927	-	22.938	24.655	160.090
Operações de crédito	-	-	639.803	-	2.934	642.737
Operação de arrendamento mercantil	-	156.200	-	-	3.521	159.721
Outros créditos	422	32.988	415.968	10.586	97	460.061
Outros valores e bens	-	4.770	31.660	-	-	36.430
Ativo permanente	-	-	1.466	-	106	1.572
Passivo Total	19.013	436.655	1.104.663	35.531	31.339	1.627.201
Circulante e exigível a longo prazo	1.471	220.239	970.833	25.959	25.758	1.244.260
Depósitos	-	168.936	946.186	-	-	1.115.122
Recursos de aceites cambiais e debêntures	-	-	224	-	-	224
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	-	24.407	24.407
Instrumentos financeiros e derivativos	-	-	-	-	445	445
Outras obrigações	1.471	51.303	24.423	25.959	906	104.062
Patrimônio líquido – Capital social e reservas	16.921	214.454	134.806	8.241	5.204	379.626
Resultado do período	621	1.962	(976)	1.331	377	3.315

	Junho/14					
	BIC	BIC	Sul	BIC	Brasil	Total
	Distribuidora	Arrendamento	Financeira	Cartões	Factors	
Ativo Total	17.538	542.622	1.134.590	30.181	10.854	1.735.785
Circulante e realizável a longo prazo	17.538	542.622	1.132.449	30.181	10.752	1.733.542
Disponibilidades	15	1.969	704	2.269	1.014	5.971
Aplicações interfinanceiras		69.020	5.100			74.120
Títulos e valores mobiliários	17.149	136.439	14.243	18.617	5.246	191.694
Operações de crédito			549.670		2.821	552.491
Operação de arrendamento mercantil		301.764			1.618	303.382
Outros créditos	374	27.530	529.869	9.295		567.068
Outros valores e bens		5.900	32.863		53	38.816
Ativo permanente			2.141		102	2.243
Passivo Total	17.538	542.622	1.134.590	30.181	10.854	1.735.785
Circulante e exigível a longo prazo	1.212	318.394	1.001.555	22.833	6.541	1.350.535
Depósitos		253.005	978.467			1.231.472
Recursos de aceites cambiais e debêntures			197		4.585	4.782
Obrigações por empréstimos e repasses					778	778
Outras obrigações	1.212	65.389	22.891	22.833	1.178	113.503
Patrimônio líquido – Capital social e reservas	15.891	219.291	127.314	7.332	4.848	374.676
Resultado do período	435	4.937	5.721	16	(535)	10.574

3 Principais práticas contábeis

a. Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos, inclusive ágio na aquisição de investimentos, e a avaliação dos instrumentos financeiros derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O BICBANCO revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentada em Real, moeda funcional e de apresentação do BICBANCO.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, por se tratar na essência de uma extensão das atividades do Brasil, os ativos, os passivos e os resultados, são adaptados às práticas contábeis utilizadas pelo BICBANCO e foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. O resultado da variação cambial é registrado nas contas contábeis que as originaram na demonstração do resultado.

d. Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

e. Ativo circulante e realizável a longo prazo

e.1 Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e.2 Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e.3 Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

e.4 Operações de crédito e de arrendamento mercantil e provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração.

A partir de Setembro de 2014, objetivando alinhar a política interna de classificação de clientes e atribuição de *ratings*, mantida fundamentação na Resolução nº 2.682/99 do BACEN, para alinhamento às práticas do novo controlador, a provisão de créditos de liquidação duvidosa passou a considerar os seguintes aspectos julgados relevantes:

- (a) Maior destaque à ponderação do resultado da avaliação da situação financeira das empresas, com prevalência sobre outros fatores tomados em consideração na análise dos riscos;
- (b) Revisão da importância atribuída para garantias vinculadas, quando provocam melhoras de *ratings* de clientes;
- (c) Revisão dos prazos mínimos para deterioração de *ratings*, quando decorrentes de atrasos nos pagamentos;
- (d) Redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do *rating* de todo o grupo econômico;
- (e) Reclassificação imediata para maior nível de risco, das operações com empresas que declarem situação de recuperação judicial em qualquer fase do uso daquele instituto. Por fim, a administração entendeu necessário reposicionar os principais elementos considerados na análise econômica de seus clientes e assim adotar esses preceitos no cálculo das provisões para perdas em operações de crédito, respeitadas as condições mínimas requeridas pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 06 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela referida Resolução, conforme demonstrado na Nota 9c – Composição da provisão por níveis de risco.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de:

- (a) Não cancelamento;
- (b) Opção de compra; e
- (c) Atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

- **Arrendamentos a receber** - refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
- **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)** - registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações – Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

e.5 Bens não de uso

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudo de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, conseqüentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

e.6 Demais ativos financeiros, circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f. Permanente

- f.1** O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado pelo montante equivalente ao resultado auferido pela empresa adquirida.
- f.2** O imobilizado de uso, demonstrado ao custo de aquisição, é depreciado linearmente com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 04%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.
- f.3** O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs. 140/84 e 113/88. Conseqüentemente, visando atender ao regime de competência, foi reconhecido no resultado do 1º semestre de 2015 uma insuficiência de depreciação, no montante de R\$ 45.605 (Junho/14 – R\$ 12.927), equivalente ao ajuste a efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 76.611 (Junho/14 – R\$ 148.323), resultando na realização de uma provisão para imposto de renda diferido, classificado em outras obrigações de R\$ 11.401 (Junho/14 – R\$ 3.232). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto do arrendamento. O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrados na rubrica “Outros Créditos – Diversos”.

As taxas anuais de depreciação, sem consideração da referida redução de 30% são:

	%
Aeronaves	10
Edificações	4
Veículos	20
Máquinas e equipamentos	10

- **Perdas em Arrendamento** - Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados quando efetuados aos próprios arrendatários são diferidos e amortizados pelo prazo de 70% da vida útil normal dos bens deduzido o período contratual da operação, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento.
 - **Superveniência (insuficiência) de depreciação** - Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.
- f.4** No ativo intangível, estão registrados os valores relativos a softwares, demonstrado ao custo, que é amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano.
- f.5** O ativo diferido é composto por gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais incorridos até 31 de dezembro 2008 e benfeitorias em imóveis de terceiros, relativos à instalação e manutenção de agências, com amortização à taxa anual de 20% ou pelos prazos dos contratos de locação. De acordo com a Resolução nº 3.617/08 do BACEN estes gastos não poderão mais ser diferidos e o saldo remanescente deverá ser mantido até a sua efetiva baixa.
- g. Passivo circulante e exigível a longo prazo**
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas.
- O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e previdenciárias", e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos estão registrados na rubrica “Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais estão registrados em “Outros Créditos – Diversos”.
- h. Contingências e obrigações legais**
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução do CMN nº. 3.823/09.
- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como

praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24). O BICBANCO não possui ativos contingentes de êxito provável.

- **Passivos contingentes:** são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24).
- **Obrigações legais:** estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

i. Venda ou transferência de ativos financeiros – Cessão de Crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08 do BACEN, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.
- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.
- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

j. Demonstrações de valor adicionado

O BICBANCO elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do Pronunciamento Técnico – CPC 09, as quais são apresentadas como informações adicionais às demonstrações financeiras.

4 Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Disponibilidades

	Junho/15	Junho/14
Caixa	1.713	6.058
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras (*)	226.597	297.078
Total	<u>228.310</u>	<u>303.136</u>

(*) Do total dos depósitos no exterior em moedas estrangeiras, o montante de R\$ 201.799 (Junho/14 – R\$ 246.990) é remunerado à taxa média de 0,06% a.a. (Junho/14 - 0,08% a.a.).

b. Aplicações no mercado aberto

Vencimento	Junho/15	Junho/14
Até 30 dias	83.475	937.318
Total	<u>83.475</u>	<u>937.318</u>

c. Aplicações em depósitos interfinanceiros

Vencimento	Junho/15	Junho/14
Até 30 dias	1.826	2.913
De 31 a 90 dias	30.696	46.613
De 91 a 360 dias	40.568	50.600
Acima de 360 dias	975	12.989
Total	<u>74.065</u>	<u>113.115</u>

d. Aplicações em moedas estrangeiras

Vencimento	Junho/15	Junho/14
Até 30 dias	191.747	13.621
Total	<u>191.747</u>	<u>13.621</u>

5 Títulos e valores mobiliários

a. Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

b. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	Sem vencto.	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos para negociação	1.706	27.492	284	2.585.877	2.615.359	2.613.670	2.615.360
Carteira própria	1.706	27.492		1.373.149	1.402.347	1.400.657	1.402.347
Letras Financeiras Tesouro		27.416		1.373.120	1.400.536	1.400.553	1.400.536
Notas do Tesouro Nacional - B		76			76	75	76
Notas do Tesouro Nacional - C				29	29	28	29
Carteira de renda variável	1.706				1.706	1	1.706
Vinculados a operações compromissadas	-	-	-	1.150.885	1.150.885	1.150.885	1.150.885
Letras Financeiras Tesouro				1.150.885	1.150.885	1.150.885	1.150.885
Vinculados a prestação de garantias	-	-	284	61.843	62.127	62.128	62.127
Letras Financeiras Tesouro			284		284	285	284
Notas do Tesouro Nacional - B				61.843	61.843	61.843	61.843
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	1.045.533	1.045.533	1.076.823	1.045.533
Carteira própria	-	-	-	879.941	879.941	906.751	879.941
Notas do Tesouro Nacional - B				879.941	879.941	906.751	879.941
Vinculados a compromissadas	-	-	-	14.835	14.835	15.513	14.835
Notas do Tesouro Nacional - B				14.835	14.835	15.513	14.835
Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	150.757	150.757	154.559	150.757
Notas do Tesouro Nacional - B				150.757	150.757	154.559	150.757
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	132.360	132.360	132.360	129.002
Carteira própria	-	-	-	132.360	132.360	132.360	129.002
Notas do Tesouro Nacional - B				83.889	83.889	83.889	80.531
Cotas - FIDC				48.471	48.471	48.471	48.471
Total Junho/15	1.706	27.492	284	3.763.770	3.793.252	3.822.853	3.789.895
Total Junho/14	14.385	153.532	49.879	1.214.260	1.432.056	1.411.914	1.396.494

(*) Total de operações vinculadas à prestação de garantias R\$ 212.884 (Junho/14 – R\$ 107.092) sendo que o montante de R\$ 137.966 (Junho/14 – R\$ 74.537) refere-se à margem depositada em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme nota 6b.5.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na CETIP S.A. As ações estão registradas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). As cotas do FIDC são controladas pelos Administradores dos Fundos.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários, divulgados pela ANBIMA na data de balanço.

As ações que compõem a carteira de renda variável foram ajustadas com base na cotação média de negociação no último dia útil ou na ausência deste, na última cotação disponível. Os demais títulos no país foram ajustados a valor de mercado com base nas taxas referenciais da BM&FBOVESPA e, o valor das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador.

c. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por indexador

Título	Junho/15			
	Selic	IPCA	Outros	Total
Ações			1.706	1.706
Fundos			48.471	48.471
L.F.T.	2.551.705			2.551.705
N.T.N.- B		1.191.341		1.191.341
N.T.N.- C			29	29
Total	2.551.705	1.191.341	50.206	3.793.252

Título	Junho/14					
	Dólar	Selic	CDI	IPCA	Outros	Total
Ações					1.570	1.570
Debêntures			44.465			44.465
Fundos	12.815				22.795	35.610
Eurobonds	13.535					13.535
L.F.T.		93.615				93.615
N.T.N.-B				1.243.218		1.243.218
N.T.N.-C					43	43
Total	26.350	93.615	44.465	1.243.218	24.408	1.432.056

6 Carteira de instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais aproxima-se do valor que se poderia obter por meio de negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, aproxima-se do valor presente dos fluxos de caixa ajustados pela taxa de juros vigente no mercado, exceto operações de crédito e arrendamento mercantil.

As operações de crédito tiveram seus valores de mercado calculados a partir de indicadores disponíveis no mercado de acordo com a característica de cada operação.

O valor de mercado, dos depósitos interfinanceiros, dos depósitos a prazo prefixados e debêntures, foi calculado por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros das operações, com base nas taxas de juros de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA.

As operações passivas de títulos e valores mobiliários emitidos no exterior e as dívidas subordinadas tiveram seus valores de mercado calculados a partir dos valores divulgados e disponíveis na Bloomberg.

Os valores de mercado estimados em 30 de junho de 2015 foram determinados utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologia usual de apuração: avaliação do valor nominal até a data do vencimento e descontado a valor presente às taxas de mercado futuro, publicados nos boletins da BM&FBOVESPA ou outras fontes de mercado.

Estas estimativas do valor justo apresentadas não são necessariamente indicativos de valores que o BICBANCO e suas controladas poderiam realizar no mercado. A utilização de diferentes hipóteses ou metodologias de avaliação pode divergir dos montantes estimados de valor justo

ora apresentados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento na interpretação das informações de mercado e sua liquidez.

Os principais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim apresentados:

	Junho/15	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos		
Títulos e valores mobiliários	3.793.253	3.789.895
Derivativos	993.430	993.430
Operações de crédito e arrendamento mercantil	8.630.755	8.974.566
Passivos		
Depósitos interfinanceiros	652.195	656.110
Depósitos a prazo	5.134.840	5.200.891
Derivativos	3.397	3.397
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.166.114	1.166.793
Dívidas subordinadas	1.240.935	1.393.304
	Junho/14	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos		
Títulos e valores mobiliários	1.432.056	1.396.494
Derivativos	423.019	423.019
Operações de crédito e arrendamento mercantil	10.658.583	10.487.984
Passivos		
Depósitos interfinanceiros	300.368	300.516
Depósitos a prazo	6.812.322	7.077.137
Derivativos	886.169	889.325
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	20.862	20.862
Debêntures	1.380	1.380
Dívidas subordinadas	918.330	1.037.623

b. Derivativos

b.1 Política de utilização

O BICBANCO realiza operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos de modo a minimizar os riscos resultantes das operações financeiras. Seu objetivo é o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos do conglomerado. Para cumprir essa finalidade o Banco utiliza operações de *hedge* como uma proteção do fluxo de caixa e para mitigar a variabilidade das exposições.

Os derivativos negociados são adquiridos para duas funções básicas:

- **Trading** - como instrumento para assumir posições proprietárias e de gestão de riscos dos derivativos negociados com clientes que visam administrar riscos de mercado resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos.
- **Hedge** - para realização de *hedge* de portfólio estrutural.

Os derivativos que compõem a carteira de negociação ou *Trading Book* têm seus riscos mensurados, possuem limites e estratégias próprias que englobam todas as operações destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. Estrategicamente os limites da Carteira *Trading* são bastante inferiores aos da carteira *Banking* e não há posicionamento direcional que venha a ser admitido além dos definidos pela Política. Nas operações com clientes, são imediatamente avaliadas as condições de *hedge* com outra contraparte, auferindo o Banco receita somente como intermediário. O cálculo de risco para esta carteira é efetuado diariamente e reportado ao Comitê de Tesouraria. Eventuais rompimentos dos limites estabelecidos são prontamente avaliados e necessariamente originam medidas de contenção.

Para a carteira *Banking*, o Banco utiliza o *hedge* como uma estratégia defensiva que busca evitar o risco provocado pela variação de preços e taxas em determinadas posições assumidas ou futuras, mediante a compensação entre os resultados produzidos pelos itens objetos e os instrumentos financeiros utilizados na proteção. Ao evitar a perda, o *hedge* também anula a possibilidade de ganho, sendo seu objetivo econômico a transferência dos riscos inerentes às operações para outro agente com posição oposta.

O instrumento financeiro derivativo é amplamente utilizado para proteger as posições ativas e passivas, compromissos assumidos e transações futuras, tanto para variações provocadas por alterações nas taxas de juros, câmbio e preços como para garantir a realização de fluxos de caixa projetados.

Os derivativos desempenham função fundamental no gerenciamento e controle de riscos, na medida em que compatibilizam os riscos com maior eficácia. Os derivativos possibilitam o apreçamento dos itens objetos de negociação e a redistribuição dos principais riscos inerentes, propiciando a movimentação de capitais entre os diversos mercados e criando novas oportunidades de negócios como consequente aumento e diversificação de carteiras.

Os contratos de derivativos negociados com clientes, no Brasil, são de operações de *Swap* e Mercado Futuro, todas registradas na BM&FBOVESPA S.A. – BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS ou na CETIP. Os contratos futuros de DI e dólar da BM&FBOVESPA são utilizados principalmente como instrumentos de *hedge* para mitigação do risco cambial e do investimento da Agência de Cayman e para trava de taxas de financiamentos oferecidos a clientes por prazos ou moedas descasados com os dos recursos utilizados para este fim. No exterior, são realizadas operações com contratos derivativos NDF (Non Deliverable Forward) com o objetivo de *hedge* contábil das captações no exterior.

b.2 *Proteção das Exposições Cambiais*

O BICBANCO efetua operações de *Swap* e NDF para fins de *hedge* de suas obrigações com títulos emitidos no exterior com o objetivo de proteger o risco de variação cambial e cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de *hedge* econômico para essas operações.

b.3 *Gerenciamento de risco*

O BICBANCO opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas. Os instrumentos financeiros derivativos representam compromissos futuros de troca de moeda ou

indexador, ou compra e venda de ativos financeiros em datas e condições previamente determinadas em contrato.

O Banco adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado em consonância com sua principal atuação de negócios que é a concessão de crédito. O gerenciamento dos riscos é exercido diretamente pelos Comitês por meio de instrumentos devidamente testados e avaliados.

A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação cambial. Para alcançar essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por intermédio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

b.4 Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 30 de junho de 2015 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros, cupom de dólar e renda variável, e visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR, Rentabilidade e Risco de Liquidez.

b.5 Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Normalmente, os preços cotados em bolsa são os melhores parâmetros de valor justo dos Instrumentos Financeiros. No entanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou mesmo cotações, sendo necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas de apreçamento. Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas;
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da BM&FBOVESPA, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável;
- **Opções:** modelos estatísticos que incorporam o comportamento da volatilidade do preço do ativo objeto, as taxas de juros, o preço de exercício e o preço *spot* da mercadoria.

b.6 Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para

administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

O resultado das referidas operações encontra-se demonstrado na nota 30.c.

As operações em aberto em 30 de junho de 2015 apresentam as seguintes características:

	Valor de referência					
	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)					
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	1.283	-	4.978	(1.121.890)	(428.969)	(1.545.881)
Moeda Estrangeira	947.454	456	1.230	1.122.272	429.338	1.552.840
Ações BICB4 (vide nota 36.f.)	4.648	-	7.234	-	-	7.234
Pré	-	621	(13.442)	(382)	(369)	(14.193)
Subtotal	953.385	1.077	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	31.937	(99)	-	-	-	-
-Total	985.322	978	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	5.707	853	48.648	59.270	-	107.918
Venda de Termo/NDF	2.401	1.187	(92.641)	(79.562)	-	(172.203)
Subtotal	8.108	2.040	-	-	-	-
Contratos de Opções Flexíveis						
Compra de Opções Flexíveis	-	-	-	-	139.585	139.585
Venda de Opções Flexíveis	-	379	(14.332)	-	-	(14.332)
Subtotal	-	379	-	-	-	-
Total	993.430	3.397	-	-	-	-
Contratos Futuros:						
Venda – Mercado Interfinanceiro			(223.886)	(211.684)	(3.774.106)	(4.209.676)
Compra IND			1.614	-	-	1.614
Compra – DDI – Cupom Cambial			30.814	103.446	-	134.260
Venda – DDI – Cupom Cambial			(49.616)	(16.791)	-	(66.407)
Compra – Moeda Estrangeira			59.011	-	-	59.011
Venda – Moeda Estrangeira			(224.576)	-	-	(224.576)

As operações em aberto em 30 de junho de 2014 apresentam as seguintes características:

	<u>Valor de referência</u>					
	<u>Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)</u>					
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	3.605	75	23.075	(238.540)	(1.102.830)	(1.318.295)
Moeda Estrangeira	363.442	-	(29.669)	195.354	1.095.485	1.261.170
Ações BICB4 (vide nota 36.f.)	13.386	-	7.054	43.619	8.502	59.175
Prê	-	7	(460)	(433)	(1.157)	(2.050)
Subtotal	380.433	82	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	38.158	(6)	-	-	-	-
Total	418.591	76	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	234	1.259				
Venda de Termo/NDF	4.194	3				
Subtotal	4.428	1.262				
Venda de Opções Flexíveis	-	42				
Subtotal	-	42				
Total	423.019	1.380				
Contratos Futuros:						
Venda – Mercado Interfinanceiro			(72.970)	(452.883)	(262.872)	(788.725)
Compra – DDI – Cupom Cambial			3.317	97.094	-	100.411
Venda – DDI – Cupom Cambial			(13.210)	-	-	(13.210)
Compra – Moeda Estrangeira			12.907	-	-	12.907
Venda – Moeda Estrangeira			(133.453)	-	-	(133.453)

As operações de “swap” encontram-se registradas na BM&FBOVESPA e na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na BM&FBOVESPA, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Título	<u>Junho/15</u>			<u>Junho/14</u>	
	Vencimento	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
N.T.N-B	15/08/2014	-	-	71.850	71.850
L.F.T.	07/09/2014	-	-	2.687	2.687
N.T.N-B	15/08/2016	137.966	137.966	-	-
Total		137.966	137.966	74.537	74.537

b.7 Sensibilidade – Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros Derivativos

A avaliação de sensibilidade envolve o conjunto de operações e instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais detidas com o intuito de administrar a exposição a riscos de mercado e protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. O Comitê de Tesouraria define um conjunto de cenários que contém uma determinada combinação de preços e taxas de juros em ambiente de crise e levada à área de gestão de riscos para simulação.

Na elaboração do quadro de sensibilidade demonstrado abaixo, foram adotados os seguintes procedimentos:

- (i) Cálculo, em cada um dos cenários, dos valores da carteira de negociação (*Trading Book*) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio e seus respectivos *hedges* (*Banking Book*);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, opção pela direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicação de aumento ou redução definido;
- (iii) Por fim, obtenção dos resultados das perdas relativas ao cenário hipotético em questão.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado do BICBANCO e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Resumo das premissas para cada um dos cenários

Escolheu-se para cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda para cada fator de risco. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 *basis points* significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas ou preços vigentes.

- **Cenário 01:** Situação provável, que reflete a percepção do BICBANCO em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de 03 meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, ANBIMA, CETIP).
- **Cenário 02:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.
- **Cenário 03:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Carteira Trading - Premissas para fatores de Risco

	Curva de Juros (Pré)	Curva de Cupom Cambial	Dólar à Vista	Bolsa BM&F BOVESPA	Inflação
Cenário 01	deslocamento paralelo de (+)1.000 basis points	deslocamento paralelo de (+) 1.000 basis points	aumento de 10%	queda de 10%	alta de 10%
Cenário 02	deslocamento paralelo de (+)2.500 basis points	deslocamento paralelo de (+)2.500 basis points	aumento de 25%	queda de 25%	alta de 25%
Cenário 03	deslocamento paralelo de (+)5.000 basis points	deslocamento paralelo de (+)5.000 basis points	aumento de 50%	queda de 50%	alta de 50%

Os cenários apresentados na tabela acima referente à Carteira *Trading* refletem situação de deterioração das expectativas macroeconômicas: as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, e o câmbio sofre grandes oscilações e a Bolsa Brasileira cai..

Os cenários adotados para a Carteira *Banking* encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre elevação, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem elevação, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Banking - Premissas para fatores de Risco

	Curva de Juros (Pré)	Curva de Cupom Cambial	Dólar à Vista	Bolsa BM&F BOVESPA	Inflação
Cenário 01	deslocamento paralelo de (+)1.000 basis points	deslocamento paralelo de (+) 1.000 basis points	aumento de 10%	queda de 10%	alta de 10%
Cenário 02	deslocamento paralelo de (+)2.500 basis points	deslocamento paralelo de (+)2.500 basis points	aumento de 25%	queda de 25%	alta de 25%
Cenário 03	deslocamento paralelo de (+)5.000 basis points	deslocamento paralelo de (+)5.000 basis points	aumento de 50%	queda de 50%	alta de 50%

Os resultados das perdas constam do quadro a seguir e foram calculadas nos cenários definidos por fator de risco, para as carteiras *Trading e Banking*.

Carteira Trading – Resultados para os Fatores de Risco

Fatores de Risco	Cenário 01	Cenário 02	Cenário 03
US\$ e Cupom de US\$	(549)	(1.375)	(2.758)
Taxa Prefixada em Reais	(785)	(1.932)	(3.772)
Ações e índices	(162)	(404)	(807)
Inflação	0	1	(2)
Perda Total	(1.496)	(3.710)	(7.339)

Carteira Banking – Resultados para os Fatores de Risco

Fatores de Risco	Cenário 01	Cenário 02	Cenário 03
US\$ e Cupom de US\$	(63.339)	(160.100)	(324.484)
Taxa Prefixada em Reais	(6.155)	(10.817)	(8.442)
Ações e índices	(1.486)	(3.703)	(7.372)
Inflação	(6.894)	(16.969)	(33.085)
Perda Total	(77.874)	(191.589)	(373.383)

São fatores de riscos:

- **Cupom de US\$** - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.
- **Taxa pré-fixada em Reais** – Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Reais.
- **Ações e Índices** – Compreendem as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.
- **Inflação** – Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Para efeito dos cálculos, foram adotadas as premissas de intervalo de confiança de 95%, para o cálculo do VaR e horizonte de tempo de 10 dias para saída da posição.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para o Banco. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira *Banking*, em sua grande maioria, segue a curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira *Trading* que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente à carteira *banking* podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa, por exemplo, que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI. Note-se que o cenário da posição *banking* poderia ter sido projetado para quaisquer sentidos que trouxessem maior perda, como por exemplo com aumento da taxa de juros e queda da inflação, o que contraria o senso comum.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições, o que contradiz a determinação do Banco em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento (*held to maturity*), isso poderá induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

b.8 Efeitos da avaliação a valor justo

Os efeitos da avaliação a valor justo dos derivativos “*SWAP*” no período, líquidos dos efeitos fiscais, podem ser assim demonstrados:

Reversão do efeito do valor justo do exercício anterior	(3.112)
Efeito do valor justo em 30 de junho de 2015 (*)	18.125
Efeito total do valor justo em 30 de junho de 2015	<u>15.013</u>

(*) O valor bruto no semestre de 2015, antes dos efeitos fiscais é de R\$ 30.211.

Reversão do efeito do valor justo de 31/12/2013	(19.046)
Efeito do valor justo em 30 de junho de 2014 (*)	22.654
Efeito total do valor justo em 30 de junho de 2014	<u>3.608</u>

(*) O valor bruto no semestre de 2014, antes dos efeitos fiscais é de R\$ 37.757.

b.9 Hedge contábil

A partir do primeiro semestre de 2015 com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o BICBANCO contratou operações de *Swap* (USDxCDI) na CETIP, com valores, prazos e taxas similares, e classificou a estrutura como *hedge* contábil de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002.

Em 30 de junho de 2015 a estrutura de hedge contábil está representada da seguinte forma:

	Instrumento de Hedge		Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado (*)	Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado (*)
Hedge de captações no exterior	621.621	660	621.316	544

7 Relações interfinanceiras – depósitos no BACEN

	Junho/15	Junho/14
Compulsório sobre depósito à vista	51.789	86.906
Compulsório sobre depósito de poupança (*)	5.594	7.935
Direcionamento de micro finanças	4.543	1.253
Total	<u>61.926</u>	<u>96.094</u>

(*) O valor da remuneração sobre os créditos vinculados a depósitos no BACEN está divulgado na nota 30 g.

8 Operações de crédito

a. Diversificação por tipo de operação

Modalidade	Junho/15	Junho/14
Capital de giro e descontos (*)	3.576.106	5.311.088
Contas garantidas	108.058	758.900
Crédito pessoal consignado (*)	783.162	800.496
Compror	292	9.537
Cheque empresarial	6.925	56.880
Financiamentos à importação	1.039.116	480.492
Financiamentos à exportação	505.832	583.093
Financiamentos rurais e agroindustriais	92.272	59.337
Financiamentos imobiliários e habitacionais	2.236	2.047
Financiamento de máquinas e veículos pesados	54.058	106.766
Resolução nº 2.770 – repasses	9.482	6.638
Vendor	-	3.110
Crédito a pessoas físicas (*)	376.722	341.181
Operações de crédito vinculadas à cessão (**)	-	-
Outros	371.292	368.752
Operações de crédito	<u>6.925.553</u>	<u>8.888.317</u>
Fiança honrada	28.828	6.642
Devedores por compra de valores e bens	134.003	154.615
Créditos adquiridos	-	3.966
Títulos e créditos a receber	226.504	178.125
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (***)	1.127.630	1.105.046
Outros créditos	<u>1.516.965</u>	<u>1.448.394</u>
Operações de arrendamento mercantil	188.238	321.872
Total	<u>8.630.756</u>	<u>10.658.583</u>

(*) O consolidado está acrescido dos seguintes créditos cedidos anteriores à Resolução nº 3.533/08: FIDC na modalidade de capital de giro e descontos no valor de R\$ - (Junho/14 – R\$ 7.907); Sul Financeira S/A na modalidade de crédito pessoal consignado no valor de R\$ 383.178 (Junho/14 – R\$ 386.755) e crédito a pessoa física no valor de R\$ 279.094 (Junho/14 – R\$ 177.777). Também foram acrescidos, na modalidade capital de giro e desconto, respeitando a proporcionalidade, os créditos da BrasilFactors no valor de R\$ 3.034 (Junho/14 – R\$ 2.836) e os créditos do FIDC da BrasilFactors no valor de R\$ 34.079 (Junho/14 – 14.286) totalizando R\$ 699.385 (Junho/14 – R\$ 578.722).

(**) No consolidado as operações de crédito vinculadas à cessão – Resolução nº. 3.533/08 foram distribuídas de acordo com as modalidades que originaram os créditos, conforme segue: FIDC nas modalidades de capital de giro e descontos, no valor de R\$ - (Junho/14 – R\$ 64.930); Sul Financeira S/A na modalidade de crédito pessoal consignado no valor de R\$ 306.912 (Junho/14 – R\$ 398.383), totalizando R\$ 306.912 (Junho/14 – R\$ 463.314).

(***) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica “Outras Obrigações - Carteira de câmbio”, acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica “Outros Créditos - Carteira de câmbio”. Para fins de apresentação desta nota, os dois valores estão apresentados como “Outros créditos”.

b. Diversificação por setor de atividade

	Junho/15	Junho/14
Setor Público	148.483	262.637
Federal	108.544	-
Estadual	38.011	259.364
Municipal	1.928	3.273
Setor Privado	7.285.742	9.200.033
Agronegócio	380.678	284.482
Indústria	3.816.369	4.342.719
- Construção civil – empreiteiras	558.745	852.398
- Usina de açúcar e álcool	504.341	723.463
- Incorporadoras	449.835	449.935
- Produção de farinha, massa, bolos e biscoitos	153.348	171.475
- Abate de animais e indústrias de carne	105.679	150.978
- Indústria química e petroquímica	149.439	234.858
- Produção metalúrgica e mecânica	151.016	201.461
- Produção de eletroeletrônicos	87.582	66.783
- Produção de papel e celulose	222.429	186.538
- Produção de adubos, fertilizantes e inseticidas	126.317	90.545
- Indústria de bebidas em geral	134.541	110.392
- Indústria de materiais para construção	95.566	123.516
- Produção de canos e artefatos de ferro	111.226	126.350
- Produção de veículos, carrocerias e outros	109.455	137.080
- Produção de embalagens plásticas	53.736	79.600
- Produção de fios e tecidos	60.057	87.330
- Produção de calçados e artigos de couro	83.037	71.830
- Indústria de fumo	82.906	66.565
- Extração vegetal e mineral	414.549	78.749
- Serviços de artes gráficas	10.894	47.419
- Indústria de confecções	57.759	60.555
- Produção de móveis	10.500	26.808
- Outros	83.412	198.091
Comércio	1.226.153	1.541.580
- Supermercados e atacadistas	337.761	312.449
- Concessionárias e comércio de veículos	136.011	221.745
- Comércio de outros produtos químicos	43.860	63.193
- Comércio de produtos agropecuários	49.929	83.457
- Comércio de medicamentos	42.524	75.908
- Comércio de eletroeletrônicos	113.675	226.113
- Comércio de roupas e tecidos	102.323	81.617
- Comércio de máquinas e equipamentos	80.599	78.165
- Empresas - <i>trading companies</i>	67.313	91.719
- Comércio de derivados de petróleo	48.176	86.350
- Comércio de móveis e artigos para decoração	62.357	49.772
- Comércio de produtos metalúrgicos	7.853	4.759
- Comércio de materiais para construção	47.773	60.822
- Comércio de livros, revistas e jornais	1.372	4.500
- Importação e exportação de produtos alimentícios	13.250	19.752
- Comércio de calçados e artigos de couro	4	263
- Comércio de armarinhos em geral	226	81
- Outros	71.147	80.915
Intermediários financeiros	42.115	94.783

	Junho/15	Junho/14
Outros serviços	1.820.427	2.936.469
- Serviços médicos e odontológicos	131.074	284.077
- Serviços técnicos e profissionais	249.762	336.510
- Transportes de passageiros e cargas	317.775	379.328
- Empresas – holdings em geral	271.227	527.667
- Serviços de utilidade pública	91.177	91.687
- Serviços de locação em geral	166.388	218.742
- Distribuição de energia	67.422	128.183
- Ensino de 1º, 2º grau e superior	21.756	72.019
- Serviços de comunicação e diversão	21.201	39.105
- Serviços de reparação, manutenção e instalação	81.984	63.206
- Associações desportivas	14.920	48.648
- Associações e sindicatos	5.129	15.995
- Serviços de armazenagem	24.490	38.462
- Serviços de limpeza, conservação e vigilância	21.752	26.711
- Serviços de hospedagem	1.860	12.734
- Cooperativas de produção	5.789	25.505
- Serviços metalúrgicos	17.840	52.402
- Serviços de telefonia	5.383	21.635
- Administração de cartões	21.519	28.670
- Serviço de processamento de dados		1.066
- Outros	281.979	524.117
Pessoas físicas (*)	1.196.531	1.195.913
Total	8.630.756	10.658.583

(*) As operações de crédito pessoal e consignado cedidas (nota 8h1) tiveram como destino a Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos, empresa controlada do BICBANCO, que concentra as operações às pessoas físicas.

c. Diversificação por prazos – por parcela

	Junho/15	%	Junho/14	%
Setor Público				
Até 03 meses	38.837	0,45	51.366	0,48
De 03 meses até 01 ano	83.938	0,97	103.447	0,97
Acima de 01 ano	25.708	0,30	103.896	0,97
Vencidos a partir de 15 dias	-	-	3.929	0,04
Setor Privado				
Até 03 meses	2.270.701	26,31	3.444.318	32,31
De 03 meses até 01 ano	3.177.023	36,81	3.829.331	35,93
Acima de 01 ano	2.431.870	28,18	2.811.914	26,38
Vencidos a partir de 15 dias	602.679	6,98	310.382	2,92
Total	8.630.756	100,00	10.658.583	100,00

d. Diversificação por indexador

	Junho/15					
	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	Total
Operações de Crédito	1.676.977	4.176.328	23.650	2.176.228	-	8.053.183
Arrendamento Mercantil	19.919	168.319	-	-	-	188.238
Outros	289.799	79.540	-	-	19.996	389.335
Total	1.986.695	4.424.187	23.650	2.176.228	19.996	8.630.756

(*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP e IGPM.

Tipo de Operação	Junho/14					
	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	Total
Operações de Crédito	1.921.295	6.444.262	23.911	1.592.176	11.719	9.993.363
Arrendamento Mercantil	32.250	289.622				321.872
Outros	240.856	82.803	174		19.515	343.348
Total	2.194.401	6.816.687	24.085	1.592.176	31.234	10.658.583

(*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP e IGPM.

e. Distribuição geográfica

	Junho/15		Junho/14	
	R\$	%	R\$	%
Região norte	30.602	0,35	90.743	0,84
Região nordeste	1.343.773	15,57	2.161.406	19,97
Região sudeste	4.187.660	48,52	5.078.301	48,45
Região centro-oeste	836.025	9,69	1.252.881	11,57
Região sul	1.429.285	16,56	1.710.468	15,80
Exterior	803.411	9,31	364.784	3,37
Total	8.630.756	100,00	10.658.583	100,00

f. Níveis de concentração de risco

	Junho/15		Junho/14	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor individual	225.637	2,61	196.408	1,84
10 Maiores devedores	1.218.473	14,12	1.090.349	10,23
20 Maiores devedores	1.764.578	20,45	1.604.906	15,06
50 Maiores devedores	2.906.452	33,68	2.618.286	24,57
100 Maiores devedores	3.964.062	45,93	3.774.877	35,42
Maior devedor grupo econômico	225.637	2,61	307.913	2,89

g. Distribuição dos prazos por carteira – por parcela

g.1 Vencimentos carteira comercial

	Junho/15		Junho/14	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	1.371.676	26,51	2.547.954	33,14
De 03 meses a 01 ano	1.676.359	32,39	2.551.853	33,19
Acima de 01 ano	1.646.592	31,82	2.285.451	29,72
Vencidos a partir de 15 dias	480.388	9,28	304.198	3,95
Total	5.175.015	100,00	7.689.456	100,00

g.2 *Vencimentos trade finance*

	Junho/15		Junho/14	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	855.393	32,01	864.581	39,87
De 03 meses a 01 ano	1.369.203	51,23	1.162.999	53,62
Acima de 01 ano	335.323	12,54	140.270	6,47
Vencidos a partir de 15 dias	112.659	4,22	781	0,04
Total	2.672.578	100,00	2.168.631	100,00

g.3 *Vencimentos crédito pessoal consignado*

	Junho/15		Junho/14	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	82.469	10,53	83.149	10,39
De 03 meses a 01 ano	215.399	27,50	217.926	27,22
Acima de 01 ano	475.663	60,74	490.089	61,22
Vencidos a partir de 15 dias	9.632	1,23	9.332	1,17
Total	783.163	100,00	800.496	100,00

h. Cessão de crédito

h.1 *Cessão de crédito interbancário*

No semestre findo em 30 de junho de 2015 o BICBANCO realizou operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº. 3.533/08, que determinou novos critérios para reconhecimento contábil e classificação das operações de cessão de crédito, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012, as referidas cessões foram classificadas na categoria de “operações com retenção substancial de risco e benefícios” pelo valor presente de R\$ 20.022 (Junho/14 - R\$ 126.324), e o valor registrado como obrigações por operações vinculadas a cessão é de R\$ 23.524 (junho/14 - R\$ 147.251). O resultado no montante de R\$ 3.503 (Junho/14- R\$ 20.927), será reconhecido na cedente “*pro rata temporis*” pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

No semestre findo em 30 de junho de 2015, o BICBANCO realizou operações de cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios no valor de R\$ 9.927 com o Itaú Unibanco S/A. O resultado negativo de R\$ 483 foi reconhecido no período.

h.2 *Cessão de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios*

No semestre findo em 30 de junho de 2015 o BICBANCO realizou operações de cessão de crédito na modalidade “capital de giro” para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo I, II e Aberto. Os preços das cessões correspondem aos saldos contábeis dos créditos, que totalizam R\$ 14.081 (Junho/14 – R\$ 157.153). Consequentemente, não houve resultado nas referidas cessões. Conforme estabelecido na Resolução nº. 3.533/08 do BACEN, as referidas cessões foram classificadas na categoria de “operações com retenção substancial de risco e benefícios”. As operações de crédito cedidas estão sujeitas à aplicação da

Resolução nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

h.3 Cessão de crédito para securitizadora de crédito (empresa anteriormente ligada)

Não houve cessões de crédito para securitizadora de crédito durante os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014.

h.4 Cessão de crédito para empresa não financeira e não ligada

No semestre findo em 30 de junho de 2015, foram cedidas operações de créditos, com transferência substancial dos riscos e benefícios no montante de R\$ 2.398 (Junho/14 – R\$ 19.276) para pessoas jurídicas não ligadas e não integrantes do sistema financeiro nacional, gerando resultado negativo no montante de R\$ 1.247 (Junho/14 – R\$ 168).

No semestre findo em 30 de junho de 2015, foram cedidas operações de créditos anteriormente baixadas para prejuízo, gerando resultado no valor de R\$ 1.400 (Junho/14 - R\$ 425).

i. Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil da controlada é representado pelo seu respectivo valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas como segue:

	Junho /15	Junho/14
Arrendamento a receber	171.869	307.035
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(168.271)	(303.589)
Bens arrendados	459.282	576.592
Superveniência de depreciação	76.611	148.323
Depreciação de bens arrendados	(247.795)	(292.466)
Perdas em arrendamento mercantil a amortizar	5.719	5.384
Valor residual antecipado	(109.177)	(119.407)
Total carteira de arrendamento mercantil	188.238	321.872

9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A partir de 01 de Setembro de 2014, sob gestão do novo Controlador, a Administração do BICBANCO reavaliou o modelo interno de classificação de clientes e atribuição de *ratings* e procedeu alterações nas Políticas de Crédito, mantida fundamentação da Resolução nº 2.682/99 do BACEN, para alcançar um alinhamento às práticas e critérios adotados pelo novo Controlador.

Como indutores da revisão e reavaliação das políticas foram considerados os seguintes aspectos julgados relevantes: a) maior destaque à ponderação do resultado da avaliação da situação financeira das empresas, com prevalência sobre outros fatores tomados em consideração na análise dos riscos; b) revisão da importância atribuída para garantias vinculadas, quando provocam melhoras de *ratings* de clientes; c) revisão dos prazos mínimos para deterioração de *ratings*, quando decorrentes de atrasos nos pagamentos; d) redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do *rating* de todo o grupo econômico; e) reclassificação imediata para maior nível de risco, das operações com empresas que declarem situação de recuperação judicial em qualquer fase do uso daquele instituto. Por fim, a administração entendeu necessário reposicionar os principais elementos considerados na análise econômica de seus clientes e assim adotar esses preceitos no cálculo das provisões para perdas

em operações de crédito, respeitadas as condições mínimas requeridas pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

j. Movimentação da provisão

	Junho/15	Junho/14
Saldo inicial	1.184.920	528.134
Constituição	512.165	327.731
Reversão	(31.065)	(21.195)
Subtotal	1.666.020	834.670
Baixas	(580.735)	(112.804)
Saldo final	1.085.285	721.866
Recuperação de créditos lançados a prejuízo	59.181	8.021
Créditos renegociados no período	141.479	216.256
Percentual da provisão sobre a carteira de créditos	10,30	6,77

k. Composição da provisão por tipo de operação

	Junho/15	Junho/14
Capital de giro e descontos	513.955	422.174
Contas garantidas	20.017	15.802
Crédito pessoal consignado	22.422	19.534
Comprar	9	1.837
Cheque empresarial	2.388	1.983
Financiamentos à importação	78.072	10.507
Financiamentos à exportação	115.111	19.312
Financiamentos rurais e agroindustriais	836	89
Financiamentos imobiliários e habitacionais	6	8
Financiamento de máquinas e veículos pesados	12.327	6.114
Crédito a pessoas físicas	17.414	9.686
Cessões de crédito (Resolução nº 3.533)	-	-
Outros	134.003	134.631
Operações de crédito	916.560	641.677
Fiança honrada	15.013	3.863
Devedores por compra de valores e bens	18.590	3.201
Títulos e créditos a receber	88.759	35.894
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	14.324	17.124
Outros créditos	136.686	60.082
Operações de arrendamento mercantil	32.039	20.107
Total	1.085.285	721.866

I. Composição da provisão por níveis de risco

Nível de risco	Junho/15			Junho/14		
	Base de cálculo	Provisão	%	Base de cálculo	Provisão	%
AA	2.591.274	-	30,02	4.429.799	-	41,57
A	2.317.463	11.587	26,85	2.966.262	14.832	27,83
B	725.348	7.253	8,40	1.092.389	10.922	10,25
C	949.846	28.495	11,01	763.661	22.910	7,16
D	676.505	67.650	7,84	362.177	36.218	3,40
E	339.232	101.771	3,93	278.720	83.614	2,61
F	244.294	122.147	2,83	286.644	143.321	2,69
G	134.709	94.297	1,56	229.593	160.711	2,15
H	652.085	652.085	7,56	249.338	249.338	2,34
Total	8.630.756	1.085.285	100,00	10.658.583	721.866	100,00

10 Carteira de câmbio

	Junho/15	Junho/14
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	1.257.453	1.065.462
Direitos sobre vendas de câmbio	16.097	22.169
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(833)	(13.289)
Rendas a receber adiantamentos sobre contrato câmbio	23.185	27.260
Total	1.295.902	1.101.602
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	21.360	21.584
Importação financiada – câmbio contratado	-	(12.598)
Obrigações por compras de câmbio	1.119.716	1.094.500
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.104.445)	(1.077.787)
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	5	1
Valores em moedas estrangeiras a pagar	-	107
Total	36.636	25.807

11 Outros créditos – Diversos

	Junho/15	Junho/14
Adiantamentos e antecipações salariais	5.214	4.892
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	2.863	1.801
Direitos específicos de controladas não sujeitas ao BACEN	6.542	3.210
Créditos tributários diferidos (nota 29.a)	1.287.214	752.870
Devedores por compra de bens a prazo	134.003	154.614
Devedores por depósitos em garantia	241.686	227.701
Tributos a compensar e recuperar (*)	65.655	87.056
Pagamentos a ressarcir	5.799	3.833
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão de crédito	-	3.966
Títulos e créditos a receber (**)	235.136	214.385
Devedores diversos – país	12.194	21.259
Total	1.996.306	1.475.587

(*) Contempla: R\$ 55.061 (Junho/14 – R\$ 54.845) de IRRF sobre remessa de juros a Agência de Cayman, R\$ - (Junho/14 – R\$ 17.425) de saldo credor de IRPJ e CSLL apurados em DIPJ, R\$ 406 (Junho/14 – R\$ 1.074) de IRRF incidente sobre juros sobre capital próprio e tributos retidos por órgãos públicos. A compensação do IRRF sobre

remessa de juros a Agência de Cayman, ocorreu de forma regular até o exercício de 2011. Com o objetivo de garantir e acelerar a compensação do referido IRRF, a Administração tem empreendido alterações em sua estratégia de negócios, incrementando a geração de resultados elegíveis àquela compensação, conforme evidenciado no estudo técnico.

(**) Inclui valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações de crédito sem transferência substancial de riscos e benefícios.

12 Outros valores e bens

a. **Bens não de uso** - São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	Junho/15	Junho/14
Imóveis	290.674	351.943
Veículos e afins	11.981	11.268
Máquinas e equipamentos	26.131	27.044
Material em estoque	365	514
Subtotal	329.151	390.769
Provisão p/ desvalorização de outros valores e bens	(74.994)	(28.101)
Total	254.157	362.668

b. **Despesas antecipadas**

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, compostas por despesas com captações de recursos no exterior e comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da originação de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, segundo o prazo das operações contratadas, ou quando da baixa da operação em decorrência de pré-pagamento ou baixa para perda.

Para as novas comissões pagas a correspondentes bancários, originadas em 2015, o BICBANCO optou pela contabilização de dois terços do valor dessas comissões em contas patrimoniais ativas na rubrica de “Despesas antecipadas”, conforme faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/14. Os efeitos dessa opção na demonstração do resultado do período foi de R\$ 6.673 e R\$ 26.854 referentes a períodos anteriores, perfazendo o total registrado na rubrica de “Outras despesas operacionais – Comissões de crédito consignado” (nota 30h) de R\$ 33.527.

13 Ativo permanente

a. **Investimento**

Representado pelas empresas que não foram requeridas a integrar as demonstrações do conglomerado prudencial: Sul Financeira Cobrança Ltda., Sul Financeira Promotora de Vendas Ltda. e Bic Informática S/A.

b. Imobilizado de uso

	Taxas		Custo		Provisão para perda		Depreciação acumulada		Valor líquido	
	Depreciação %	Jun/15	Jun/14	Jun/15	Jun/14	Jun/15	Jun/14	Jun/15	Jun/14	
Terrenos	-	3.913	3.913	-	-	-	-	3.913	3.913	
Edificações	4	158.545	154.476	(10)	(212)	(60.971)	(45.984)	97.564	108.280	
Instalações	10	1.922	1.839	-	-	(1.440)	(1.131)	482	708	
Máquinas e equipamentos de uso	10	17.518	20.188	(615)	(886)	(8.063)	(9.093)	8.840	10.209	
Sistema de processamento de dados	20	12.722	13.186	(42)	(707)	(11.746)	(11.451)	934	1.028	
Sistema de transporte	20	1.255	4.374	-	-	(475)	(3.142)	780	1.232	
Sistema de comunicação	10	2.199	2.812	-	(911)	(809)	(1.193)	1.390	708	
Sistema de segurança	10	1.515	1.535	(19)	(39)	(617)	(482)	879	1.014	
Outras imobilizações em curso	-	4.399	-	-	-	-	-	4.399	-	
Total		203.988	202.323	(686)	(2.755)	(84.121)	(72.476)	119.181	127.092	

c. Ativos intangíveis

c.1 Classe dos ativos intangíveis – Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

	Taxas de amortização %	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
		Junho/15	Junho/14	Junho/15	Junho/14	Junho/15	Junho/14
Softwares (*)	20	9.085	8.181	(6.901)	(4.400)	2.184	3.781
Ágio (**)	10	105.190	105.190	(48.651)	(47.872)	56.539	57.318
Total		114.275	113.371	(55.552)	(52.272)	58.723	61.099

c.2 Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	Dezembro/14	Adições	Baixas	Junho/15
Softwares (*)	2.915	944	(1.675)	2.184
Ágio (**)	55.563	-	976	56.539
Total	58.478	944	(699)	58.723

(*) Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas.

(**) Ágio apurado na aquisição da Sul Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.190. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre BICBANCO e Sul Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, e a amortização periódica considera os valores positivos na forma de equivalência patrimonial, em observância à regulamentação do BACEN.

d. Ativo diferido

	Taxas de amortização %	Custo		Amortização acumulada		Provisão para perda		Valor líquido	
		Jun/15	Jun/14	Jun/15	Jun/14	Jun/15	Jun/14	Jun/15	Jun/14
Benefitorias em imóveis de terceiros	20	32.132	32.132	(32.132)	(32.132)	-	-	-	-
Instalação e adaptação de dependência	20	11.734	11.754	(11.734)	(11.754)	-	-	-	-
Perdas em arrendamentos a amortizar (*)	Diversos	11.080	8.566	(5.361)	(3.182)	-	-	5.719	5.384
Total		54.946	52.452	(49.227)	(47.068)	-	-	5.719	5.384

(*) Diferimento do prejuízo apurado na liquidação de contratos de arrendamento, para amortização no restante de 70% do prazo de vida útil normal do bem.

14 Dependência no exterior

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam: patrimônio líquido de R\$ 235.824 (Junho/14 – R\$ 203.253) e ativos totais de R\$ 1.690.192 (Junho/14 – R\$ 822.011). Os saldos contábeis foram convertidos pela cotação do dólar de balanço, divulgado pelo BACEN.

15 Participações em controladas e coligadas no país – BICBANCO Múltiplo

As principais informações das sociedades controladas diretas e em conjunto pelo Banco são assim demonstradas:

Nome da empresa	Junho/15					Junho/14	
	Número ações/cotas possuídas	% participação	Patrimônio líquido	Lucro/prejuízo líquido	Equivalência patrimonial	Valor contábil investimentos	Valor contábil investimentos
BIC Arrendamento Mercantil S.A.	180.920.168	100%	216.416	1.962	1.962	216.416	224.228
BIC DTVM S.A.	14.223.228	100%	17.542	621	621	17.542	16.326
BICBANCO Adm. Cartão de Crédito Ltda	3.670.000	100%	9.572	1.331	1.331	9.572	7.348
Sul Financeira S.A. CFI. (*)	116.405.774	100%	133.830	(976)	(976)	190.369	190.353
BrasilFactors	78.664	50%	11.163	754	377	5.581	4.313
Total					3.315	439.480	442.568

(*) No valor contábil de investimentos está incluso o ágio, líquido de amortizações, no valor de R\$ 56.539 (Junho/14 – R\$ 57.318), apurado na aquisição da Sul Financeira S.A.

16 Transações com partes relacionadas

a. Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com o controlador, empresas controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	Junho/15	Junho/14	Junho/15	Junho/14
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.115.121	1.231.472	65.876	56.146
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	168.935	253.005	9.964	12.507
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	946.186	978.467	55.912	43.639
Cotas de Fundo de Investimentos – FIDC	66.077	17.451	5.457	336
BRASILFactors (a)	66.077	17.451	5.457	336
Operações de Cessão de Crédito	34.103	283.477	43.527	46.321
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	20.022	126.324	43.527	46.321
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC's (nota 8.h2.)	14.081	157.153	-	-
Depósitos à vista	(3.796)	(6.272)	-	-
BIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(21)	(15)	-	-
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(510)	(1.969)	-	-
BIC Informática Ltda. (a)	(1)	(3)	-	-

Banco Industrial e Comercial S.A.
Demonstrações financeiras consolidadas
em 30 de junho de 2015

	<u>Ativos / (passivos)</u>		<u>Receitas / (despesas)</u>	
	Junho/15	Junho/14	Junho/15	Junho/14
BICBANCO Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(2.133)	(1.670)	-	-
BIC Corretora de Câmbio e Valores S.A. (a)	-	(15)	-	-
Fênix Securitizadora de Créditos Financeiros Ltda. (b)	-	(512)	-	-
Golden Key Participações e Empreendimentos Ltda. (b)	-	(53)	-	-
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(643)	(576)	-	-
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(488)	(1.459)	-	-
Depósitos de poupança	-	(68)	-	(12)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	-	(68)	-	(12)
Depósitos a prazo	(169.502)	(186.072)	(8.975)	(9.692)
BIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(18.310)	(11.385)	(1.162)	(599)
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(93.827)	(136.438)	(5.252)	(6.748)
BIC Informática Ltda. (a)	(626)	(582)	(37)	(20)
BIC Corretora de Câmbio e Valores S.A. (a)	-	(5.033)	-	(265)
BICBANCO Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(22.317)	(18.617)	(1.298)	(1.101)
BRASILFactors (a)	(16.731)	(2.531)	(1.035)	(163)
Fênix Securitizadora de Créditos Financeiros Ltda. (b)	-	(6.347)	-	(527)
Golden Key Participações e Empreendimentos Ltda. (b)	-	(1.202)	-	(39)
Primus Holding S.A. (c)	-	-	-	(1)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(17.691)	-	(191)	-
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	-	(3.937)	-	(229)
Operações compromissadas	(162.960)	(74.120)	(8.425)	(3.659)
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(148.260)	(69.020)	(7.435)	(3.090)
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(14.700)	(5.100)	(990)	(569)
Debentures	-	(2.306)	-	(124)
BRASILFactors (a)	-	(2.306)	-	(124)
LCA	(1.644)	(3.693)	(33)	(288)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(1.644)	(3.693)	(33)	(288)
LCI	(2.224)	(35.926)	(168)	(1.965)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(2.224)	(35.926)	(168)	(1.965)
Obrigações por Empréstimos	(1.556.354)	-	(32.217)	-
China Construction Bank Corporation (d)	(1.556.354)	-	(32.217)	-
Swap	-	-	4.178	-
BRASILFactors (a)	-	-	4.178	-
NDF	445	-	446	-
BRASILFactors (a)	445	-	446	-
Prestação de serviços	20	-	64	60
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	20	-	64	60

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas – direta
- (b) Controladas e Coligadas – indireta
- (c) Pessoal Chave da Administração e Controladores

(d) Controladora indireta sediada no exterior (nota 1)

(e) Controladora Direta

a.1 *Dos vencimentos e taxas das operações*

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 104% e as pré-fixadas às taxas médias de 10,68%; as operações compromissadas foram realizadas às taxas médias de 13,65% (Junho/14 – 10,90%) e possuem vencimento em 01 de julho de 2015, com lastro superior a 03 anos (Junho/14 – superior a 02 anos). As operações de LCA foram realizadas com taxas de 97,00% do CDI (Junho/14 – 100,00%) e possuem vencimento final em até 03 anos (Junho/14 – em até 02 anos). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 97,00% do CDI (Junho/14 – 99,98%) e possuem vencimento final em até 03 anos (Junho/14 – em até 02 anos). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 105% do CDI (Junho/14 – 105% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 03 anos (Junho/14 – em até 03 anos). As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 8h.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração – BICBANCO Prudencial

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima agregada para os Administradores membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria, bem como é definido teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício.

A partir de 01 de janeiro de 2012, teve início a vigência da Resolução CMN nº 3.921/10, a qual determinou estrutura mínima de remuneração variável a ser paga a Administradores de Instituições Financeiras, com a seguinte delimitação: 50% da remuneração variável poderá ser paga em dinheiro; 10% da remuneração variável deverá ser paga em ações do BICBANCO, com deliberação e disponibilidade imediata; e 40% da remuneração variável deverá ser paga em ações do BICBANCO com a disponibilidade diferida proporcionalmente por 03 anos consecutivos, condicionada ao cumprimento, em cada um daqueles anos, das metas individuais, de equipe e Corporativas estabelecidas em Plano específico, que vincule o pagamento de remuneração variável ao efetivo desempenho positivo da instituição. O BICBANCO efetuou pagamento de remuneração no primeiro semestre de 2014 no montante de R\$ 2.402 relativas ao exercício de 2013 e 2012, seguindo as disposições da Resolução nº 3.921/10, relativamente a pagamento em dinheiro e pagamento em ações. O efeito contábil está registrado em participações no lucro, de acordo com os limites estatutários.

b.1 *Benefícios de curto prazo – Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria*

	Junho/15	Junho/14
Remuneração fixa	6.167	8.634
Remuneração variável	-	7.536
Outros	359	936
Total	6.526	17.106

b.2 *Benefícios pós-emprego*

O BICBANCO não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

b.3 Benefícios de longo prazo

O BICBANCO não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

b.4 Outras informações

Conforme legislação em vigor, o BICBANCO não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pelo BICBANCO empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria e seus cônjuges e parentes até o 2º grau.

b.5 Participação acionária

Em 29 de agosto de 2014 foi concluída a operação de aquisição pela CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda (CCB Holding), subsidiária do China Construction Bank Corporation (CCB) sediado na China, das ações representativas do controle acionário do Banco Industrial e Comercial S/A – BICBANCO e suas subsidiárias.

Em junho de 2015 a Diretoria e Conselheiros possuíam em conjunto a seguinte participação acionária:

Participações Diretas

Ações Ordinárias	0,00%
Ações Preferenciais	0,35%

Em junho de 2014, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária:

	<u>Junho/14</u>		
	<u>Participações</u>		
	Diretas	Indiretas	Total
Ações Ordinárias	34,70%	58,15%	92,85%
Ações Preferenciais	23,35%	3,71%	27,06%
Total de Ações			68,74%

17 Depósitos

a. Composição por tipo de cliente

Junho/15						
Cliente	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total
Pessoas jurídicas	148.104	2.995.918	-	2.700	1.126	3.147.848
Pessoas físicas	18.943	192.428	-	10.905	-	222.276
Investidores institucionais	-	1.920.317	-	-	-	1.920.317
Instituições financeiras	3.573	26.177	652.195	-	-	681.945
Total	170.620	5.134.840	652.195	13.605	1.126	5.972.386

(*) Do montante de R\$ 5.134.840 de depósito a prazo, R\$ 2.473.640 tem garantia especial do FGC - DPGE, de acordo com a Resolução CMN nº 3.692/09.

Junho/14						
Cliente	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total
Pessoas jurídicas		203.123	3.705.179	-	1.736	3.910.038
Pessoas físicas		18.501	360.135	-	12.433	391.069
Investidores institucionais		-	2.719.902	-	-	2.719.902
Instituições financeiras		702	27.106	300.368	-	328.176
Total		222.326	6.812.322	300.368	14.169	7.349.185

(*) Do montante de R\$ 6.812.322 de depósito a prazo, R\$ 3.256.283 tem garantia especial do FGC - DPGE, de acordo com a Resolução CMN nº 3.692/09.

b. Distribuição por prazos de vencimento

Junho/15						
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total
Sem vencimento	170.620	-	-	13.605	-	184.225
Até 03 meses	-	1.621.785	98.381	-	1.126	1.721.292
De 03 meses a 01 ano	-	2.454.643	129.325	-	-	2.583.968
De 01 a 03 anos	-	1.058.249	40.410	-	-	1.098.659
De 03 a 05 anos	-	163	244.681	-	-	244.844
De 05 a 15 anos	-	-	139.398	-	-	139.398
Total	170.620	5.134.840	652.195	13.605	1.126	5.972.386

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 408.623, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

Junho/14					
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Total
Sem vencimento	222.326	-	-	14.169	236.495
Até 03 meses	-	1.046.438	31.087	-	1.077.525
De 03 meses a 01 ano	-	1.977.433	92.645	-	2.070.078
De 01 a 03 anos	-	3.674.828	121.785	-	3.796.613
De 03 a 05 anos	-	113.623	-	-	113.623
De 05 a 15 anos	-	-	54.851	-	54.851
Total	222.326	6.812.322	300.368	14.169	7.349.185

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 829.902, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

c. Número de depositantes/investidores

Depositantes/investidores	Junho/15	Junho/14
Depósitos à vista (contas ativas)	4.794	6.098
Depósitos de poupança	817	884
Depósitos a prazo	1.362	2.260
Depósitos em moedas estrangeiras	1	-

d. Concentração dos principais depositantes - depósitos a prazo

Depositantes	Junho/15		Junho/14	
	R\$	%	R\$	%
Maior depositante	211.090	4,11	455.201	6,68
10 Maiores depositantes	912.579	17,77	1.229.334	18,05
20 Maiores depositantes	1.302.621	25,37	1.652.499	24,26
50 Maiores depositantes	1.932.614	37,64	2.300.824	33,77
100 Maiores depositantes	2.762.450	53,80	3.131.879	45,97

18 Captações no mercado aberto e Recursos de Letras Emitidas

a. Captações no Mercado Aberto

Estão representadas por compromissos de recompra de títulos a preços fixos com liquidação em 01 de julho de 2015 e lastreados por LFT com vencimento entre agosto de 2018 e setembro de 2020.

b. Recursos de Letras Emitidas

São compostos por Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, Letras Financeiras – LF e Letras de Crédito Imobiliário – LCI.

b.1 Composição por tipo de cliente

Cliente	Junho/15			Junho/14		
	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF
Pessoas jurídicas	-	-	26.408	200	102.016	21.850
Pessoas físicas	231.109	258.652	-	183.088	208.917	2.574
Investidores institucionais	-	23.570	-	-	-	5.926
Instituições financeiras	51.032	-	93.151	7.169	35.785	138.276
Total	282.141	282.222	119.559	190.457	346.718	168.626

b.2 Distribuição por prazos de vencimento

Cliente	Junho/15			Junho/14		
	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF
Até 3 meses	99.463	115.095	42.752	62.875	224.038	8.500
De 03 meses a 01 ano	118.863	137.951	17.957	82.468	83.546	103.330
De 01 a 03 anos	63.815	29.176	58.850	45.114	22.696	56.796
De 03 a 05 anos	-	-	-	-	16.438	-
Total	282.141	282.222	119.559	190.457	346.718	168.626

19 Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

São representadas basicamente por emissão de títulos no mercado internacional, para repasses, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 5,08% a.a. (Junho/14 – 5,13% a.a.), cujos vencimentos estão assim distribuídos:

Vencimento	Junho/15		Junho/14	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	11.572	0,99	18.166	2,04
De 03 meses a 01 ano	1.095.155	93,91	43.418	4,89
De 01 a 03 anos	59.387	5,10	827.223	93,07
Total	1.166.114	100,00	888.807	100,00

20 Debêntures

a. BRASILFactors S.A

Em 06 de fevereiro de 2013 a BRASILFactors S.A. (empresa controlada em conjunto), emitiu 10 (dez) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas escriturais, da espécie quirografária, em série 001 BRFA11, relativas à 1ª emissão, no valor de R\$ 10.000, com vencimento para 16 de novembro de 2014 e remuneração correspondente a 115% (cento e quinze por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, calculada e divulgada pela CETIP.

As debêntures foram liquidadas na data de vencimento (16 de novembro de 2014), respeitando a participação proporcional no consolidado, as debêntures apresentavam a seguinte posição contábil:

	Junho/15	Junho/14
Quantidade emitida	-	4
Posição líquida	-	4
Valor de emissão atualizado	-	1,146
Valor contábil	-	4.585

Em 15 de maio de 2013 a Bic Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., adquiriu 5 (cinco) das debêntures da BrasilFactors S.A. demonstrada no quadro acima. Segue abaixo a posição para efeito de consolidação no BICBANCO:

	Junho/15	Junho/14
Quantidade adquirida	-	5
Posição líquida	-	5
Valor contábil da eliminação	-	2.293

b. Fenix Companhia Securitizadora de Crédito Financeiros

A Fênix Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros emitiu 50.000 debêntures divididas em 2 (duas) séries de 25.000 debêntures cada uma. Somente a 1ª série (25.000 debêntures) foram subscritas.

Em 28 de junho de 2013 a Fênix Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros emitiu 50.000 (cinquenta mil) debêntures subordinadas, sob a forma nominativa, escritural e sem emissão de cautelas ou certificados, divididas em duas séries de 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures cada e valor unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais). O vencimento das Debêntures ocorrerá nos dias 03 de julho de 2015, da 1ª série e 02 de setembro de 2015, da 2ª série. As debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da data de emissão, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário, correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia.

	Junho/15	Junho/14
Quantidade emitida	-	25.000
Posição líquida	-	20.000
Valor de emissão atualizado	-	1,043,10
Valor contábil	-	20.862

21 Empréstimos e repasses do exterior

Referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pela controladora no exterior e órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,45% a.a. (Junho/14 – 2,33% a.a.). Os vencimentos estão assim distribuídos:

	Junho/15		Junho/14	
	RS	%	RS	%
Vencimento				
Até 03 meses	625.873	19,20	479.045	22,78
De 03 meses a 01 ano	2.489.568	76,37	1.422.712	67,67
De 01 a 03 anos	82.016	2,52	144.139	6,85
De 03 a 05 anos	35.450	1,09	25.165	1,20
Acima de 05 anos	26.588	0,82	31.456	1,50
Total	3.259.495	100,00	2.102.517	100,00

22 Obrigações por repasses do país

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ, com prazos de vencimento até maio 2016 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH – Programa Social de Habitação e PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

23 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	Junho/15	Junho/14
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	85	53
Provisão para Impostos e contribuições sobre lucro	15.925	15.798
Impostos e contribuições a recolher	10.792	16.344
Provisão para imposto de renda diferido	34.584	59.559
Provisão para passivos de natureza tributária (*)	644.898	596.545
Total	<u>706.284</u>	<u>688.299</u>

(*) Referem-se a “obrigações legais e passivos contingentes” (nota 24).

24 Contingências e obrigações legais

O BICBANCO e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a. Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b. Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

c. Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

- c.1 CSLL x Isonomia:** pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 e seguintes, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. O valor envolvido está sendo depositado em juízo.
- c.2 COFINS x Lei nº 9.718/98:** pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº. 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo.
- c.3 PIS x Lei nº 9.718/98:** pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº. 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo.

c.4 PIS - Emenda Constitucional nº 10/96: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44 da Lei nº 4.506/64, no art.12 do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226 do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.

d. Passivos contingentes classificados como perda possível

d.1 Processos fiscais e previdenciários

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas basicamente pelas seguintes questões:

- **PIS - Emenda Constitucional nº 17/97** – valor envolvido R\$ 10.598: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 25/11/97 e 23/02/98, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 23/02/98 a contribuição ao PIS na forma da Lei Complementar nº 7/70.
- **IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior** – valor envolvido R\$ 11.191: pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do art. 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares n.º 2.269/92 e n.º 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.
- **ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87** – valor envolvido R\$ 17.001: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.
- **PDD / 1994** – valor envolvido R\$ 20.417: pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43, parágrafo 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.
- **INSS – Participação nos Lucros dos Administradores** – valor envolvido R\$ 66.676: pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2011, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10/10/2006, segundo porque

não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do Art. 7º, XI, da Constituição Federal e Art. 28, § 9º, da Lei nº 8.212/1991.

- **INSS – Aviso Prévio Indenizado** – valor envolvido R\$ 1.229: pleiteia afastar a exigência do INSS incidente sobre as verbas pagas aos empregados, a título de Aviso Prévio Indenizado, em face da natureza jurídica de indenização, portanto não sujeita a contribuição para a Seguridade Social prevista no Art. 22º, inciso I, e no Art. 28º, da Lei nº 8.212/1991.

d.2 Processos trabalhistas

O BICBANCO possui 95 (Junho/14 – 98) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 21.353 (Junho/14 – R\$ 16.006). Existem 121 (Junho/14 – 123) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 15.314 (Junho/14 – R\$ 49.654), que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 8.209 (Junho/14 – R\$ 15.818). As contingências tem relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

d.3 Processos cíveis

O BICBANCO possui 2.756 (Junho/14 – 2.873) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 80.433 (Junho/14 – R\$ 38.181). O BICBANCO possui 606 (Junho/14 – 624) processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 984.203 (Junho/14 - R\$ 778.977), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 446.102 (Junho/14 - R\$ 313.924). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

e. Movimentação das provisões para “obrigações legais” e “passivos contingentes”, classificados como perda provável.

Descrição	Dezembro/14	Adição	Reversão	Utilização	Junho/15
Cíveis	71.908	10.534	(969)	(1.040)	80.433
Trabalhistas	17.533	5.349	(818)	(711)	21.353
Subtotal	89.441	15.883	(1.787)	(1.751)	101.786
Fiscais e previdenciárias	Dezembro/14	Adição	Reversão	Atualização	Junho/15
CSLL Isonomia de Alíquotas – 2008 em diante	118.747	-	-	4.880	123.627
PIS – Receita Bruta Operacional – EC nº 10/96	11.762	-	-	144	11.906
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	68.489	-	(2.053)	2.280	68.716
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	424.881	-	-	14.119	439.000
ISS – Serviços Não Tributados – LC nº 56/87	1.435	-	-	53	1.488
ISS – Operações de Leasing fora da Sede	159	-	-	-	159
Subtotal	625.473	-	(2.053)	21.476	644.896
Total	714.914	15.883	(3.840)	19.725	746.682

Para as contingências acima descritas o BICBANCO depositou em garantia (nota 11 – Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 8.742 (Junho/14 – R\$ 8.479) – processos Cíveis, R\$ 17.555 (Junho/14 – R\$ 13.263) – processos Trabalhistas e R\$ 215.317 (Junho/14 – R\$ 205.887) – processos Fiscais.

25 Outras obrigações – diversas

	Junho/15	Junho/14
Cheques administrativos	1	17.054
Obrigações por venda/transferência de ativos financeiros (b)	-	-
Credores por antecipação de valores residuais	109.176	119.407
Obrigações por aquisição de bens e direitos	-	12.711
Provisão para pagamentos a efetuar	34.793	29.381
Provisão para passivos contingentes (a)	101.786	54.187
Credores diversos – país (d)	51.121	144.244
Obrigações específicas de controladas não sujeitas ao Bacen	24.976	22.706
Total	<u>321.853</u>	<u>399.690</u>

- (a) Refere-se à provisão para processos trabalhistas e cíveis (nota 24e).
- (b) Refere-se ao saldo da obrigação assumida nas cessões de operações de crédito com retenção substancial de risco, e será amortizada pelo repasse aos cessionários e, as despesas dessa obrigação, serão reconhecidas ao resultado no prazo do contrato.
- (c) Incluído no semestre findo em 30 de junho de 2015 provisão para fiança no montante de R\$ 59.090 (nota 34).

26 Captações e empréstimos no exterior

a. Dívida subordinada

Esta representada por captações que compõem o Capital de Nível II nos cálculos dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Junho/15	Junho/14
CDB							
Subordinado	R\$ 200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000	100% taxa Selic	342.618	306.270
Eurobonds	US\$ 300,000	27/04/2010	27/04/2020	529.153	8,50%	797.524	546.333
LOAN							
Subordinado	US\$ 32,000	21/06/2010	15/12/2017	52.093	7,31%	100.793	71.548
Total - Nível II PR						<u>1.240.935</u>	<u>924.151</u>

27 Resultado de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

28 Patrimônio líquido

a. Ações

O capital social do banco aprovado é de R\$ 2.012.810 e está dividido em 252.903.569 ações nominativas, sendo 160.206.833 ordinárias e 92.696.736 preferenciais, sem valor nominal.

Em 22 de abril de 2014 a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento de capital de R\$ 1.434.206 para R\$ 2.012.810, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação do saldo das reservas de lucros no montante de R\$ 578.604.

b. Ações em tesouraria

A Administração do BICBANCO, através das deliberações provenientes das reuniões do Conselho de Administração, autorizou a recompra de ações de emissão própria para permanência em tesouraria e posterior cancelamento.

Em 06 de julho de 2011 a Administração foi autorizada a recomprar ações, no período de 06 de julho de 2011 a 05 de julho de 2012, sem redução do capital social, até o limite de 10% das ações preferenciais nominativas em circulação, ou seja, até 6.879.540 ações (4º Programa de recompra de Ações).

Para os efeitos do artigo 21º da Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, especifica-se que:

- (1) As autorizações deliberadas em reuniões do Conselho de Administração têm por objetivo a aplicação de recursos disponíveis, oriundos de reserva de capital;
- (2) No período de 01/01/2011 a 31/12/2011 o Banco adquiriu a quantidade de 6.879.540 ações nominativas, no montante de R\$ 58.593. O custo médio das ações recompradas foi de R\$ 8,52 por ação, o custo máximo foi de R\$ 9,70 e o custo mínimo foi de R\$ 6,96.
- (3) O valor de mercado das ações em 30 de junho de 2015 era de R\$ 7,74 (Junho/14 - R\$ 7,55).

No primeiro semestre de 2014, o BICBANCO transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2013 (307.188 ações). (Ver nota explicativa 16.b).

A movimentação das ações em Tesouraria pode ser observada conforme abaixo:

Descrição	Junho/15	
	Em R\$ mil	Nº de ações
Recompra de ações (4º programa)	57.507	6.705.706
Pagamento em ações – Resolução nº 3.921/10	(2.402)	(307.188)
Saldo Final em 30/06/2015	55.105	6.398.518

c. Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.
Não houve pagamento de juros sobre capital próprio.

d. Reservas

- **Reserva legal** – Constituída a base de 5% sobre o lucro líquido, limitada a 20% do capital social.

- **Reserva estatutária** - Constituída pela destinação de valores remanescentes dos lucros líquidos de períodos encerrados, deduzidos das constituições de reserva legal, dos dividendos e dos juros sobre capital próprio, e tem por finalidade reforçar o capital social e de giro do Banco mediante acumulação de lucros remanescentes não distribuídos aos acionistas.

29 Imposto de renda e contribuição social

O crédito tributário e o passivo diferido, relativos à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados em 30 de junho de 2015, com base nas premissas do Estudo Técnico para Créditos Tributários, foi calculado com a alíquota de 15%.

- a. **Créditos tributários:** o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no BICBANCO - Realizável a Longo Prazo - Outros créditos diversos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

Descrição	Dezembro/14	Realizações	Adições	Junho/15
Imposto de Renda				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	361.037	(31.979)	122.064	451.122
Provisão para desvalorização de bens não de uso	19.046	(3.064)	2.156	18.138
Provisão para contingências e outras	168.852	(12.398)	32.560	189.014
Subtotal	548.935	(47.441)	156.780	658.274
Prejuízo fiscal	111.274	(1.163)	17.148	127.259
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	660.209	(48.604)	173.928	785.533
Contribuição Social				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	216.623	(19.187)	73.239	270.675
Provisão para desvalorização de bens não de uso	11.427	(1.836)	1.295	10.886
Provisão para contingências e outras	101.314	(7.440)	19.534	113.408
Subtotal	329.364	(28.463)	94.068	394.969
Base negativa da CSLL acumulada	96.662	(698)	10.748	106.712
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	426.026	(29.161)	104.816	501.681
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.086.235	(77.765)	278.744	1.287.214
Dezembro/13				
Imposto de Renda				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	197.696	(71.181)	80.298	206.813
Provisão para desvalorização de bens não de uso	4.807	(395)	3.429	7.841
Provisão para contingências e outras	139.359	(5.531)	17.889	151.717
Subtotal	341.862	(77.107)	101.616	366.371
Prejuízo fiscal	69.985	(3.772)	41.316	107.529
Subtotal	411.847	(80.879)	142.932	473.900
Contribuição Social				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	110.343	(42.403)	47.993	115.933
Provisão para desvalorização de bens não de uso	2.883	(237)	2.057	4.703
Provisão para contingências e outras	83.616	(3.316)	10.732	91.032
Subtotal	196.842	(45.956)	60.782	211.668
Base negativa da CSLL acumulada	42.287	(918)	25.919	67.288
Subtotal	239.129	(46.874)	86.701	278.956
Total	650.976	(127.753)	229.633	752.856

- **Realização dos créditos tributários** - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. Para os créditos tributários existentes na data do balanço, foram estimados os seguintes percentuais de realização: 21,0% até dezembro de 2015, 39,0% até dezembro de 2016, 2,6% até dezembro de 2017, 4,3% até dezembro de 2018, 7,8% até dezembro de 2019, 19,0% até dezembro de 2020, 3,1% até dezembro de 2021, 1,1% até dezembro de 2022, 0,1% até dezembro de 2023 e 2,0% até dezembro de 2024. É importante ressaltar que o referido estudo de realização do crédito tributário foi elaborado a partir de premissas do plano de negócios do novo controlador e considera ações a serem implementadas pela administração e pelo controlador, as quais serão revistas tempestivamente de acordo com as normas regulamentares. A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da realização de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução nº 3355/06, do Banco Central do Brasil. Nesse contexto se destacam os seguintes aspectos em relação às condições do registro do crédito tributário:
 - A referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos dois últimos exercícios sociais (2012 e 2013);
 - A condição acima deixou de ser aplicável no Banco no exercício de 2014, em decorrência da efetiva mudança de controle acionário e um novo período de histórico de lucratividade para cinco anos foi iniciado.

A Nova Administração, exercida com a influência do novo controlador, acredita que os esforços empreendidos na geração de lucros tributáveis futuros, conforme evidenciado no estudo técnico anteriormente mencionado e no contexto operacional (nota 1) em que está inserida a companhia, serão suficientes a suportar a realização dos créditos tributários.

- **Valor presente dos créditos tributários** - com base na taxa SELIC projetada, descontada dos efeitos tributários, os créditos tributários calculados a valor presente totalizam, aproximadamente, R\$ 875.948 (Junho/14 – R\$ 577.197).

b. Passivo diferido

O BICBANCO possui registrado R\$ 15.287 (Junho/14 – R\$ 22.353) a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste positivo do MTM dos Títulos Públicos e Derivativos que, serão realizados durante o prazo das operações com títulos e valores mobiliários e derivativos reconhecidos a valor justo.

A BIC Arrendamento Mercantil possui registrada R\$ 19.153 (Junho/14 - R\$ 37.081) a título de imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação, que será realizado durante o prazo das operações de arrendamento.

Passivo diferido	Dezembro/14	Realizações	Adições	Junho/15
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	7.970	(7.970)	15.287	15.287
IR sobre Superveniência de depreciação	30.554	(11.401)	-	19.153
Total	38.524	(19.371)	15.287	34.440

Passivo diferido	Dezembro/13	Realizações	Adições	Junho/14
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	13.933	(13.933)	22.353	22.353
IR sobre Superveniência de depreciação	40.313	(3.387)	155	37.081
Total	54.246	(17.320)	22.508	59.434

c. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Apuração	<u>Junho/15</u>	
	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(451.876)	(451.876)
(-) Participações nos lucros		
Base de cálculo	(451.876)	(451.876)
Adições temporárias	614.168	614.580
Adições permanentes	75.722	75.722
Exclusões	(245.250)	(292.813)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL (Acumulado 2015)	(7.236)	(54.387)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	68.592	71.653
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	(4.652)	(4.653)
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	56.704	12.613
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL	8.506	1.892
Adicional de 10% de IR	5.658	
Impostos correntes	14.164	1.892
Conciliação do resultado		
Imposto de Renda e CSLL Diferido	(6.828)	2.744
(=) Provisão IR e CSLL (2015)	7.336	4.636
Constituição de créditos tributários (s/ Adições temporárias)	(153.542)	(92.187)
Constituição de créditos tributários (s/ Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(17.148)	(10.748)
Realização do crédito tributário (s/ Reversão de adições temporárias)	47.441	28.463
Realização do crédito tributário (s/ Compensação Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	1.163	698
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(122.086)	(73.774)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(114.750)	(69.138)

Apuração	<u>Junho/14</u>	
	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(217.699)	(217.699)
(-) Participações nos lucros	(7.867)	(7.867)
Base de cálculo	(225.566)	(225.566)
Adições temporárias	413.316	412.067
Adições permanentes	80.824	72.957
Exclusões	(385.010)	(397.724)
Lucro Real e Base de Cálculo da CSLL (Acumulado 2014)	(116.436)	(138.266)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	165.264	172.793
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	(15.088)	(6.120)
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	33.740	28.407
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL	5.061	4.261
Adicional de 10% de IR	3.362	
Impostos correntes	8.423	4.261

Apuração	Junho/14	
	IR	CS
Conciliação do resultado		
Impostos correntes	8.423	4.261
Imposto de Renda e CSLL Diferido	2.030	3.157
(=) Provisão IR e CSLL (2014)	10.453	7.418
Constituição de créditos tributários (s/ Adições temporárias)	(103.329)	(61.810)
Constituição de créditos tributários (s/ Prejuízo Fiscal e base negativa CSLL)	(41.316)	(25.919)
Realização do crédito tributário (s/ Reversão de adições temporárias)	77.107	45.956
Realização do crédito tributário (s/ Compensação prejuízo fiscal e base negativa CSLL)	3.772	918
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(63.766)	(40.855)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	53.313	33.437

30 Composição das principais contas de resultado

a. Resultado de operações de crédito

	Junho/15	Junho/14
Capital de giro e descontos	380.778	525.001
Contas garantidas	23.048	71.551
Crédito pessoal consignado	49.280	43.107
Comprar	156	1.230
Cheque empresarial	4.008	17.125
Financiamentos à importação	9.718	7.550
Financiamentos à exportação	37.461	43.947
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.323	3.067
Financiamentos imobiliários e habitacionais	138	139
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	39.427	30.545
Resolução 63 – (atual Resolução nº 2.770)	335	351
Vendor	-	344
Crédito a pessoas físicas	9.947	10.719
Outros empréstimos e financiamentos	33.252	18.468
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	59.181	8.316
Variação cambial sobre créditos em moeda estrangeira	26.286	(12.320)
Total	676.338	769.140

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Junho/15	Junho/14
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	12.525	42.396
Resultado de títulos renda fixa	131.993	89.782
Rendas de aplicações compromissadas	90.423	-
Outras operações com títulos e valores mobiliários	8.791	2.180
Variação cambial	6.651	284
Total	250.383	134.642

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Junho/15	Junho/14
Mercado futuro – dólar	(20.045)	(2.046)
Mercado futuro – DI	36.637	(4.895)
Resultado de compra/venda de opções de ações	-	119
Resultado de compra/venda de opções flexíveis	(23)	11
Swap	1.330	(40.651)
Variação cambial – <i>Swap</i>	352.868	(113.032)
Termo de moedas	4.679	7.889
Total	<u>375.446</u>	<u>(152.605)</u>

d. Resultado de câmbio

	Junho/15	Junho/14
Rendas de operações de câmbio	41.011	32.284
Despesas de operações de câmbio	(1.341)	(1.721)
Variações cambiais	197.333	(56.036)
Total	<u>237.003</u>	<u>(25.473)</u>

e. Despesas de captação no mercado

	Junho/15	Junho/14
Depósitos de poupança	396	492
Títulos e valores mobiliários no exterior	78.633	56.393
Depósitos interfinanceiros	30.902	16.326
Depósitos a prazo	381.118	372.627
Operações compromissadas	86.158	1.951
Despesas de juros sobre debêntures	-	1.326
Despesas de letras do agronegócio – LCA	15.559	13.612
Despesas de letras de crédito imobiliário – LCI	16.068	8.773
Despesas de letras financeiras – LF	7.769	12.283
Outras	15.582	18.242
Variação cambial sobre títulos emitidos no exterior	273.979	(86.006)
Total	<u>906.164</u>	<u>416.019</u>

f. Despesas (receitas) com empréstimos, cessões e repasses

	Junho/15	Junho/14
Repasses Funcafé/BNDES	1.710	1.500
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	27.011	28.775
Variações cambiais sobre empréstimos e repasses	280.182	(99.396)
Marcação a mercado – item objeto de hedge	(544)	-
Total	<u>308.359</u>	<u>(69.121)</u>

g. Outras receitas operacionais

	Junho/15	Junho/14
Recuperação de encargos e despesas	4.461	3.445
Remuneração de recursos recolhidos ao BACEN	91	94
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	7.114	8.598
Atualização de depósitos em garantia	4.273	3.418
Reversão de contingências fiscais	2.053	187
Reversão de provisões operacionais	2.772	606
Outras rendas operacionais	10.958	17.107
Total	<u>31.722</u>	<u>33.455</u>

h. Outras despesas operacionais

	Junho/15	Junho/14
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	4.114	28.027
Despesas de captações por emissão de controladas não sujeitas ao Banco Central	-	145
Despesas de obrigação por cotas de fundos de investimento	10.563	17.540
Despesas de obrigações específicas de controladas não sujeitas ao Banco Central	1.672	1.290
Constituição/Reversões de provisões trabalhistas e cíveis	16.337	9.724
Constituição de provisões para fiança	59.090	-
Despesas de atualização - contingências fiscais e previdenciárias	16.689	18.409
Comissões crédito consignado	33.527	30.468
Programa de remuneração e retenção de funcionários	5.035	14.325
IOF sobre operações de câmbio próprias	557	2.061
Outras despesas	10.724	16.629
Total	<u>158.308</u>	<u>138.618</u>

i. Despesas de pessoal

	Junho/15	Junho/14
Salários	67.092	68.417
Benefícios	11.075	10.922
Encargos sociais	22.736	22.008
Honorários da diretoria	6.167	8.706
Outros	550	555
Total	<u>107.620</u>	<u>110.608</u>

j. Outras despesas administrativas

	Junho/15	Junho/14
Despesas de aluguéis e taxas	14.465	14.025
Despesas de comunicações	1.500	2.212
Despesas de manutenção e conservação	3.568	3.790
Despesas de processamento de dados	9.352	8.488
Despesas de promoções e relações públicas	1.271	1.613
Despesas de propaganda e publicidade	1.406	1.141
Despesas de serviços do sistema financeiro	6.590	6.459
Despesas de serviços de terceiros	18.579	28.000
Despesas de transportes e viagens	2.146	2.530
Despesas de amortização e depreciação	10.327	16.686
Outras despesas	12.515	11.544
Total	<u>81.719</u>	<u>96.488</u>

k. Despesas tributárias

Referem-se substancialmente às contribuições federais para PIS e COFINS que atingiram montante de R\$ 12.906 (Junho/2014 – R\$ 20.539).

l. Resultado das variações cambiais sobre ativos e passivos

No resultado da intermediação financeira foram computadas variações cambiais sobre ativos e passivos indexados ao dólar dos Estados Unidos, cuja composição líquida é a seguinte:

	Junho/15	Junho/14
Operações de crédito	26.286	(12.320)
Títulos e valores mobiliários no exterior – Ativo	6.651	284
Mercado futuro – dólar	(20.045)	(2.046)
Opções flexíveis – dólar	(23)	11
Swap – dólar	352.868	(113.032)
Termo de moeda – dólar	4.679	7.889
Resultado de câmbio	197.333	(56.036)
Títulos e valores mobiliários no exterior – Passivo	(273.979)	86.006
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	(280.182)	98.068
Total	13.588	8.824

m. Resultado não operacional

Refere-se basicamente a baixa de bens próprios e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	Junho/15	Junho/14
Resultado na alienação de bens	1.927	(7.612)
Perdas de Capital	(2.145)	(1.665)
Despesa de Provisão para ajuste do valor de realização de bens	1.746	(11.204)
Outros	336	378
Total	1.864	(20.103)

31 Acordo da Basileia

O Banco está enquadrado nos limites de requerimento de Capital ou “Índice de Basileia”, estabelecidos inicialmente pela Resolução nº 2.099/94 do CMN, com alterações introduzidas pelas Resoluções nºs 3.444/07, 3.490/07, e Circulares nºs 3.360/07 e 3.644/13. A administração acredita que a implementação do plano de negócios em vigor (nota 1), permitirá alcançar os objetivos de requerimento de capital exigidos pelo plano de negócios da companhia e atender aos níveis mínimos de capitalização requeridos pelo Banco Central do Brasil.

Em 1º de março de 2013 o BACEN editou um conjunto de quatro Resoluções e quinze circulares, conhecido por “Basileia III”, que estabeleceu novos requerimentos de capital para as instituições financeiras operantes no sistema bancário brasileiro, dentre elas a Resolução nº 4.192/13 que impôs medidas de impacto sobre a metodologia de cálculo do Patrimônio de Referência, em vigor desde Outubro/13, especialmente no tratamento dos créditos tributários e do Capital de Nível II composto no caso do BICBANCO, de dívidas subordinadas, conforme detalhadas na nota explicativa nº 26a.

	Basileia III	Basileia III
	Junho/15	Junho/14
Cálculo do Índice de Basileia		
Patrimônio de Referência Nível I	677.636	1.788.860
- Capital Principal	677.636	1.788.860
Patrimônio de Referência Nível II	669.142	739.321
- Dívida Subordinada	669.142	739.321
Patrimônio de Referência	1.346.778	2.528.181
Risco de Crédito	1.185.443	1.412.416
Risco de Mercado	2.075	79.073
Risco Operacional	131.177	172.101
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	1.318.695	1.663.590
Índice de Basileia	11,23%	16,72%
Índice de Capitalização Nível I	5,65%	11,83%
Índice de Capitalização Nível II	5,58%	4,89%

32 Demonstrativo do limite de imobilização

	Junho/15	Junho/14
Limite	679.294	1.264.090
Situação	156.241	137.860
Margem	523.053	1.126.231
Índice de imobilização	11,50%	5,45%

33 Avais e Fianças prestadas

- a. As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 2.228.613 (Junho/14 - R\$ 2.431.038) e apresentam a seguinte concentração:

	Junho/15	%	Junho/14	%
Maior tomador de fiança	151.983	6,82	135.963	5,59
10 Maiores fianças	715.437	32,10	678.320	27,90
20 Maiores fianças	1.084.039	48,64	1.041.657	42,85
50 Maiores fianças	1.582.943	71,03	1.558.815	64,12

No semestre findo em 30 de junho de 2015, o BICBANCO registrou provisão para Fiança no montante de R\$ 59.090, registrada na rubrica “Outras obrigações diversas” (nota 25).

- b. As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 28.828 (Junho/14 – R\$ 6.642) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução nº. 2.682/99 do BACEN (nota 8a).

34 Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. O Relatório de Gestão de Riscos (não auditado) em atendimento a Circular nº 3.678 de 31 de Outubro de 2013 que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, encontra-se no site www.bicbanco.com.br/ri e poderá prover maiores detalhes a respeito.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem política institucional e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a estrutura de Gerenciamento de Liquidez foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de liquidez.

A Resolução 4,327, de 35 de Abril de 2014 do Conselho Monetário Nacional (CMN) também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios da Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do BICBANCO destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

1. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
2. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

(i) *Riscos que o banco se expõe*

Na condução de suas operações, o BICBANCO está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

1. Risco Externo

É o risco relacionado a fatores externos e que não estão sob controle do Banco.

2. Riscos Financeiros

2.1 Risco de Crédito

Representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

2.2 Risco de Mercado

Representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros do Banco, uma vez que suas carteiras ativas e passivas apresentam descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

2.3 Risco de Liquidez

Representado pelo descasamento no fluxo de caixa, decorrentes de dificuldade de se desfazer rapidamente de um ativo ou de se obter recursos, impossibilitando a liquidação de posições ou gerando responsabilidades em aberto. O BICBANCO apresenta no Balanço Patrimonial o Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, contudo o Banco possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 5b) no montante de R\$ 1.045.53. Além disso, parte significativa dos recursos constantes do passivo na rubrica “Obrigações por Empréstimos” refere-se a operações com controlada, o que minimiza o risco de levar a Instituição a situação ilíquida. Por outro lado, conta a Instituição com controle de caixa mínimo, atualizado sistematicamente e semanalmente que controla o nível de recursos para fazer frente a situações de estresse. A Política de Caixa Mínimo prevê o nível de caixa suficiente para enfrentar 30 dias de não recebimento de recursos, o que torna a instituição apta a enfrentar com antecedência quaisquer alterações de liquidez de mercado.

3. *Riscos Não Financeiros*

3.1 **Risco Operacional**

Representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

3.2 **Risco Socioambiental**

Dizem respeito aos riscos próprios e de seus clientes e fornecedores no que tange ao impacto social e ambiental de suas atividades. São convenientemente monitorados, já que estes aspectos podem interferir no desempenho do cliente e acarretar risco de crédito mais elevado. Por outro lado, podem referir-se ao tratamento dado pelas empresas clientes ao ambiente e à sociedade divergentes dos valores adotados pelo Banco, o que pode ocasionar risco de imagem e de reputação.

4. *Risco Estratégico*

É o risco de perda resultante de processos ou tomada de decisões que impactem a sobrevivência, crescimento ou obtenção de vantagem competitiva do Banco. O Banco dispõe de instrumentos e sistemas que permitem o monitoramento do resultado das ações e propiciam às pessoas a capacidade de reagir de forma rápida e incisiva quando se defrontam com um risco de grande magnitude, porém, ainda mais importante e eficaz, é a capacidade que têm de se antecipar ao risco e desenvolver um plano de minimização de impactos e de transformá-los de antemão.

(ii) **Gestão de riscos**

A Política de Gerenciamento de Risco do BICBANCO define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o Diretor de Controladoria responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central. O diretor indicado não é responsável por funções relacionadas à administração de recursos de terceiros ou de operações de tesouraria.

Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por quatro principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidades (PV01), testes de estresse e o “*Value-at-risk*” (incluindo testes de aderência e validações).

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do BICBANCO. O monitoramento e controle das posições do banco, não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do banco. A

complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Instrumentos para a Gestão do Risco de Mercado

Análise de Cenários

O Banco se utiliza de análises de cenários para testes de estresse, que são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do BICBANCO em situações de eventos extremos. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam. Exercícios periódicos são realizados para comparar o capital requerido existente com o volume demandado por cenários de estresse, incluindo a deterioração do cenário econômico global de forma mais severa. Técnicas qualitativas e quantitativas são utilizadas para estimar o impacto potencial sobre a posição de capital sob tais cenários.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras. Por outro lado, também se faz necessário a utilização de cenários analisados no passado, que podem representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos, quando eventos similares acontecem.

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto que a mudança de um determinado fator de risco gera sobre a carteira do banco. As análises de sensibilidade são uma métrica particularmente importante para o gerenciamento do risco de juros do banco, visto que pequenas mudanças nos fatores de risco podem gerar perdas ou ganhos significativos quando consideradas todas as carteiras.

Com o intuito de medir a perda potencial em uma carteira devido a eventos extremos (baixa probabilidade) de mercado o Banco se utiliza do teste de estresse. A realização desses testes pela área de risco de mercado atende tanto às políticas globais do Banco quanto as exigências das autoridades reguladoras. Os testes de estresse são uma importante ferramenta para complementar o modelo primário de medida de risco (VaR).

A área de risco de mercado é responsável pela definição e revisão da metodologia interna utilizada para os testes de estresse, realização e monitoramento periódicos dos testes de estresse e elaboração dos relatórios de resultados dos testes. Também é responsável pela realização e definição dos parâmetros utilizados nos testes de estresse exigidos pelas autoridades reguladoras.

Value-at-risk

O *Value-at-risk* (valor em risco ou VaR) é uma importante ferramenta de gerenciamento de risco utilizada internamente e também utilizada para fins de cálculo de capital regulatório. Ele representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (*holding period*). Os parâmetros empregados no cálculo do VaR podem variar de acordo com o perfil das posições que estão sendo analisadas.

Back testing

Back testing é um método utilizado na avaliação da qualidade do modelo de VaR utilizado pelo Banco. O método compara os resultados previstos pelo modelo de VaR com os resultados efetivos calculados pelas diferenças de preços de ativos e passivos marcados a mercado (P&L). Sua função é medir a capacidade de previsão de perdas potenciais do modelo de VaR sob condições normais de mercado, dado um determinado nível de confiança. Caso o P&L exceda o VaR temos um *outlier*, caso a quantidade de *outliers* supere o nível de confiança, o modelo é revisado.

O Banco, por intermédio da área de governança corporativa, tem como prática a utilização do *Back Testing* na validação e aderência do modelo de *Value-at-risk* nas carteiras.

Limites

Os limites de risco de Mercado são importantes formas de controle utilizados para assegurar que as exposições estejam de acordo com o apetite de risco definidos. O Comitê Financeiro define limites de VaR tanto para a carteira *Trading* quanto para a carteira *Banking*, além de limites específicos destas, quando submetidas a estresse, e compara os diversos fatores de risco aos quais o Banco possa estar exposto. O tipo de limite a ser definido e monitorado será previamente determinado pela área de risco de mercado.

A área de risco de mercado é responsável por garantir que todas as exposições aos fatores de risco estejam de acordo com os limites previamente estabelecidos e aprovados. O monitoramento das posições, independente da classificação das operações, e os resultados da Carteira *Trading* é obtido diariamente.

Cabe à área de risco de mercado apontar os excessos de limites de risco para um determinado fator de risco ao Comitê Financeiro, que deverá tomar as providências necessárias para a adequação da exposição, conforme política interna do Banco. Os limites de risco de mercado são revisados anualmente pelo Comitê Financeiro.

Em conformidade às políticas do Banco e aos normativos do BACEN que regem o assunto (Resolução nº 3.464 e Circular nº 3.354), as operações são divididas entre as carteiras de negociação (*trading*) e *banking* segundo o seguinte princípio básico:

- **Carteira de Negociação (*trading*):** consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragens.
- **Carteira *Banking*:** formada pelas operações que não estejam classificadas na carteira de negociação.

O processo de classificação de operações é definido pela área de negócios no momento da realização das operações.

Principais Riscos de Mercado Geridos

(i) Risco de taxas de juros

O Banco e suas controladas utilizam recursos gerados por meio de suas atividades operacionais e, em especial, pela captação de recursos de clientes. Para complementarem suas necessidades de caixa, o Banco e suas controladas obtêm recursos substancialmente indexados à variação do CDI e é nessa possibilidade de flutuação que reside o risco em relação à taxa de juros. Para mitigar esse efeito, o Banco e suas controladas adotam a política de emprestar e financiar clientes preferencialmente em operações também indexadas ao CDI. Apenas o *spread* desses negócios está exposto à volatilidade do CDI, que poderá influenciar os resultados e lucro, se houver flutuações significativas.

(ii) Risco de taxa de câmbio (cupom cambial e dólar à vista)

A estratégia de gestão do risco cambial tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação na cotação das moedas. Para tanto, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

O Banco adota a política de não gerar exposição relevante em moedas estrangeiras que exija capital para sua cobertura, em consonância com a sua principal atuação de negócios, que é a concessão de crédito. As posições de ativos e passivos do Banco estão em sua grande parte *em hedge* natural, em vista de suas aplicações e captações estarem indexadas ao CDI. Da mesma forma, as captações internacionais são protegidas através de *hedge* efetuado com derivativos apropriados.

A utilização de derivativos como *swaps* e contratos futuros de dólar têm o propósito de anular ou minimizar perdas cambiais com uma desvalorização acentuada do Real (R\$) perante as moedas estrangeiras. Após o *hedge*, essas operações permanecem casadas em termos de valor, prazos e moedas, trocando a exposição cambial inicial dos empréstimos pela exposição ao CDI. O Banco cuida para que os vencimentos das operações e seus *hedges* ocorram simultaneamente.

(iii) Risco de bolsa (BM&FBOVESPA)

Advém da posição da Tesouraria na sua carteira de *trading* e que pode conter posições em ações e futuros que apresentem riscos de volatilidade e, conseqüentemente, de impacto nos resultados.

(iv) Risco de inflação

Decorre de posições de títulos ou empréstimos realizados e indexados a índices de preços, cujo *hedge* é imperfeito ou inexistente. A política de exposição aos riscos não permite grandes impactos mesmo em cenário adverso, considerando todos os fatores de risco já mencionados. O Banco realiza seus negócios com *gaps* mínimos entre ativos e passivos, além de realizar *hedge* de suas operações em relação aos indexadores CDI, taxas de câmbio e inflação. Desta forma, não se espera que uma eventual volatilidade venha a alterar sobremaneira os resultados.

Gestão do Risco Operacional

Os riscos operacionais são revisados ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e do apetite ao risco. A governança do risco operacional é exercida pelos gestores, área de governança corporativa e riscos do Banco. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa à redução da probabilidade de

erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas. Os Comitês de Risco e de Controles Internos determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco.

O cálculo da exposição ao risco operacional é mensalmente calculada e ajustada segundo a estratégia de atuação e o apetite ao risco determinado para o momento.

Gestão do Risco de Crédito

O BICBANCO possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e default de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721/09 e ao acordo da Basileia, refletido pelas circulares e resoluções recentemente emitidas pelo BACEN, que preveem um alinhamento com as recomendações internacionais no que diz respeito ao nível mínimo de capital.

Ferramentas de rating para avaliação do risco de Crédito

O cálculo de risco de uma carteira com contratos contendo risco de crédito é feito principalmente através de uma medida estatística chamada *CreditValue-at-risk* (VaR de crédito). O VaR com nível de confiança de 99% (padrão adotado pelo Banco) é a perda máxima esperada que um portfólio pode sustentar em 99% dos casos, desconsiderados os eventos raros cuja probabilidade de ocorrência é de apenas 1% ($100\% - 99\% = 1\%$), ou seja a quantidade de eventos cuja probabilidade de perda da carteira ultrapasse o valor do VaR é 1%.

Os resultados são obtidos com a utilização da metodologia de simulação de Monte-Carlo. Trata-se de uma metodologia onde os eventos de crédito são simulados em um ambiente computacional para um número muito grande de vezes e os valores das perdas, para cada um dos cenários simulados, armazenadas e agrupadas estatisticamente em uma coleção de onde são calculados diretamente os valores em risco para cada um dos níveis de confiança.

Trata-se de uma metodologia atuarial que não considera os efeitos das taxas de juros sobre as exposições em risco, calculando as perdas em termos dos valores de face, ajustadas à taxa de recuperação determinadas pelo BICBANCO com base na avaliação e experiência histórica, uma vez que são as porções não recuperadas as exposições efetivas sob risco de crédito. Assim, o paradigma atuarial captura corretamente o componente de risco de crédito, ajustando as probabilidades de default aos vencimentos dos contratos. A metodologia de cálculo é sensível ao fato que contratos com vencimentos mais longos possuam maior risco de crédito do que contratos com vencimentos mais curtos.

A escala de risco é representada por uma escala numérica de 01 a 22 (1=menor risco e 22=maior risco), agrupa as empresas em classes homogêneas de risco, Indica o grau de risco da empresa analisada e a respectiva probabilidade de inadimplência. A escala adotada apresenta 19 classes ativas e 03 indicativas de default e a indicação da probabilidade de inadimplência associada a cada classe de risco, que oferece a medida objetiva do grau de risco.

O cálculo do LGD (*loss given default*, ou perda decorrente de inadimplência) baseia-se na observação da recuperação de créditos inadimplentes, tendo em conta não só receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação, mas também o momento em que acontece e os custos indiretos decorrentes desse processo.

35 Outras informações

- a. O Banco possui 37 pontos de atendimento no País e uma agência no Exterior. O quadro de funcionários está distribuído conforme abaixo:

	Junho/15	Junho/14
Operacional		
Comercial	190	215
Captação	8	7
Subtotal	198	222
Suporte e Controle		
Administrativo	327	336
Jurídico/Auditoria	27	27
Controladoria	96	86
Informática	113	108
Outros	1	9
Subtotal	564	566
Total	762	788

- b. **Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais**

O BICBANCO é tomador de garantias junto aos organismos internacionais IDB (*Inter-American Development Bank*), IFC (*International Finance Corporation*) e devedor por empréstimos obtidos junto ao IIC (*Inter-American Investment Corporation*), IDB (*Inter-American Development Bank*) e IFC (*Internacional Finance Corporation*), DEG (*Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft Mbh*) e Proparco (*Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique*) para repasses a empresas brasileiras, com prazos que vão de 02 a 05 anos, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e trimestralmente aferidos pelos credores mencionados.

	Requerido
Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Ativos Fixos + Investimentos Patrimoniais sobre “PR”	≤ 30%
Ativos Líquidos sobre Obrigações de Curto Prazo	≥ 80%
“PR” sobre total de ativos	≥ 6%
Créditos em atraso sobre Operações de Crédito	≤ 6%
Provisão Dev. Duvidosos sobre Créditos em Atraso	≥ 100%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre “PR”	≤ 25%
Créditos E-H + Dações - Provisões sobre “PR”	≤ 13%
Maior devedor sobre “PR”	≤ 20%
10 maiores devedores de um décimo do PR, sobre “PR”	≤ 350%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 75%
Exposição Cambial por moeda sobre “PR”	≤ 15%
Exposição Cambial agregado de moedas sobre “PR”	≤ 25%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0
Índice (%) de Gap de liquidez de 90 dias, sobre “PR”	> 0
Índice de risco de taxa de juros sobre “PR”	[-10% ; 10%]
Índice agregado de risco de taxa de juros sobre “PR”	[-20% ; 20%]
Gap de vencimento negativo por moeda sobre “PR”	≥ -250%

c. Benefícios pós-emprego a empregados

O BICBANCO não mantém nenhum plano específico de benefícios a empregados, com exigência de contribuições definidas ou responsabilidades como patrocinador.

d. Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

e. Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto

	Junho/15	Junho/14
Disponibilidades	228.310	303.136
Aplicações no mercado aberto	87.886	936.953
Aplicações em moedas estrangeiras	191.747	13.621
Total	507.943	1.253.710

f. Contratos de troca de fluxos financeiros – Swaps vinculados a Ações preferenciais do Banco

Conforme Fato Relevante divulgado em 11 de maio de 2012, foi informado aos acionistas e ao mercado em geral que o BICBANCO celebrou contratos de troca de fluxos financeiros – *Swaps*, com o Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A., no valor total de até R\$ 100.000 (cem milhões de reais), com prazo de até dois anos, equivalentes, de um lado à variação das ações preferenciais – BICB4 e de outro lado, contra uma taxa equivalente à variação do CDI acrescida de uma taxa prefixada. Na data do balanço o prêmio do *Swap* a receber representa montante de R\$ 4.649 (Junho/14 – a receber R\$ 13.319). O valor de referência dessas operações em 30 de junho de 2015 é de R\$ 7.235 (Junho/14 – R\$ 59.175).

g. Aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSL) – Medida Provisória (MP) nº 675/15

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/15, que aumentou a alíquota da CSL sobre o lucro das instituições financeiras, incluindo a Companhia, de 15% para 20%, incidentes sobre lucros tributáveis gerados a partir de 01 de setembro de 2015.

Os efeitos desta MP não foram considerados e, desta forma, não houve qualquer impacto decorrente dessa MP nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2015.

h. Aplicação de Ajustes Prudenciais em conformidade com a Resolução nº 4.277/13

A partir de 30 de junho de 2015 a Resolução nº 4.277/13 do BACEN estabeleceu a aplicação de ajustes prudenciais referentes ao apreamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado. O Banco desenvolveu controles e metodologia de apreamento aprovada pela diretoria, bem como procedimento para avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros.

Tal avaliação, baseada na política definida, revelou que para as demonstrações financeiras encerradas na data base de 30 de junho de 2015, não há necessidade de a Instituição realizar ajuste prudencial. Justifica-se pelo que segue:

- A carteira de TVM é composta substancialmente por títulos públicos federais (98,7% de uma carteira de R\$ 3.793.252 em 30 de junho de 2015) que apresentam baixo risco e liquidez abundante.
- Os Instrumentos Derivativos marcados a mercado, que somam R\$ 993.430 em 30 de junho de 2015, fazem substancialmente frente ao hedge das posições passivas de captação no exterior, que serão levadas ao vencimento.
- São irrelevantes os volumes de outros instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado.

36 Eventos subsequentes

Em 25 de agosto de 2015, a Superintendência de Registro de Valores Mobiliários da CVM, por meio do Ofício n.º CVM/SRE/OPA/CAN/2015/005, concedeu o registro para a realização de oferta pública unificada para a aquisição de até a totalidade de ações ordinárias e preferenciais de emissão do BICBANCO a ser realizada pela CCB Brazil Financial Holding (i) em razão da alienação de controle do BICBANCO; (ii) para o cancelamento do registro do BICBANCO para negociação de ações no mercado como emissora de valores mobiliários categoria "A"; e (iii) em decorrência da descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") denominado Nível 1 de Governança Corporativa, conforme o exigido pelo estatuto social do BICBANCO (itens (i), (ii) e (iii) referidos em conjunto como "Oferta"), de acordo com os termos e condições estabelecidos no Edital de Oferta Pública Unificada de Aquisição de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão de Banco Industrial e Comercial S.A.

O Edital foi publicado no dia 27 de agosto de 2015 no jornal Diário do Comércio, Indústria & Serviços e no jornal Valor Econômico. O leilão da Oferta será realizado no dia 28 de setembro de 2015 às 16:00 horas (horário de Brasília), no sistema eletrônico de negociação do Segmento BOVESPA da BM&FBOVESPA.

* * *

Conselho de Administração

Presidente:
Wensheng Yang

Membros do Conselho:
Tiejun Chen
Hong Yang
José Bezerra de Menezes
Daniel Joseph McQuoid
Heraldo Gilberto de Oliveira

Diretoria

Diretor Presidente:
Tiejun Chen

Diretores Vice-Presidente:
Jin Li
Xiaowei Dong
Yongdong Jiang
Milto Bardini
Paulo Celso Del Ciampo

Diretores:
Hong Yang
Carlos José Roque
Francisco Edênio Barbosa Nobre

Comitê de Auditoria

Presidente e membro qualificado:
Heraldo Gilberto de Oliveira
Membros do Comitê:
Carlos Eduardo Sampaio Lofrano (*)
Walter Mallas Machado de Barros

(*) Mandato vigente até 30 de junho de 2015.